

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 46**

12 de fevereiro de 2019

(16,12 h - 20,24 h)

**Ordem do dia:** Audição do Sr. Rodrigo Costa (Presidente da REN –  
Redes Energéticas Nacionais)

**Presidente da Comissão:** Emídio Guerreiro

**Deputados:**

Fátima Ramos (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

*Eram 16 horas e 12 minutos.*

A audição de hoje conta com a presença do Dr. Rodrigo Costa, Presidente da REN (Redes Energéticas Nacionais), a quem saúdo,...

O Sr. **Rodrigo Costa** (Presidente da REN): — Não sou doutor.

O Sr. **Presidente**: — Então, engenheiro?!

O Sr. **Rodrigo Costa** (Presidente da REN): — Também não sou engenheiro. Não sou licenciado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, contamos com a presença do Sr. Rodrigo Costa, Presidente da REN, que aqui está nessa qualidade e a quem saúdo e agradeço a disponibilidade para colaborar connosco nestes trabalhos.

Já tive oportunidade de lhe explicar o modo de funcionamento da Comissão, pelo que estamos dispensados de ocupar agora o tempo da reunião a fazê-lo.

O Sr. Rodrigo Costa informou-me que não tem intervenção inicial, pelo que passaremos de imediato às perguntas. E, na rotatividade desta Comissão, cabe, hoje, ao PSD dar início aos trabalhos.

Ainda assim, pergunto ao Sr. Rodrigo Costa se quer fazer apenas uma saudação inicial. Acho que fica sempre bem, pelo que lhe daria a palavra para esse efeito.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Boa tarde a todos, é um prazer restar aqui.

Tudo aquilo que nos tem sido pedido ao longo da existência da Comissão temos fornecido, nunca evitámos entregar nenhum documento, não foi necessário. Os meus colegas que por aqui passaram também fizeram as suas apresentações e, portanto, eu estou aqui também para prestar qualquer contributo que possa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, vamos dar início à audição. Pelo PSD, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos, com 8 minutos para questões.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Presidente da REN, Sr. Rodrigo Costa, agradeço, desde já, o facto de estar connosco e os esclarecimentos que, certamente, nos trará.

Foi referido, nesta Comissão, que a passagem da gestão do Valorágua para a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) foi um elemento fundamental para acabar com os privilégios privados no setor.

Gostaria que nos desse a sua opinião sobre o assunto, isto é, se o interesse público estava ameaçado pelo facto de o modelo Valorágua estar a ser gerido pela REN. De facto, quando falamos da ERSE, é uma entidade reguladora e, portanto, parece-nos, de alguma maneira, pertinente esta afirmação, mas gostava de ter a sua opinião.

Isto é uma questão prévia que gostaria que me explicasse.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Não sei se aqui algum dos presentes seria capaz de descrever o que é o Valorágua? Se alguém...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Devemos saber...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Quer tentar?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — É o Sr. Presidente que tem de responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Exatamente.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não, eu sei. Mas, como houve a oferta, eu podia...

O Valorágua é um *software* extraordinariamente complexo que, de uma forma muito simples, serve para, no fundo, aferir como é que deve ser feito o cálculo e o planeamento da distribuição de energia, para podermos, no fundo, no despacho, trabalhar com ele.

Como digo, é um *software* extraordinariamente complicado. Tenho de dizer que é daquelas coisas que mais me custou, a mim, e sou um técnico, digamos, de sistemas. Não sendo um grande especialista em energia, procurei ir aprendendo, mas confesso que não é fácil, para um leigo, perceber.

Esse *software* foi desenvolvido, inicialmente, pela EDP — quando a EDP e a REN eram empresas conjuntas — e é uma ferramenta que é utilizada em duas fases. É utilizada numa fase de planeamento e é utilizada numa fase que é, no fundo, de auditoria a determinado tipo de contratos. E é nessa

qualidade que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me está a querer dirigir a pergunta, para saber se, de facto, a REN era uma das partes que utilizava esse *software*, que tinha de produzir um relatório, a outra parte era a EDP. E, ao longo dos anos, sempre foi feito da mesma maneira: as duas empresas corriam esse *software*, chegavam a um determinado tipo de conclusões, umas vezes estavam de acordo, outras vezes não estavam de acordo, o que é normal — portanto aqui a REN representa o sistema, a EDP, como é óbvio, era o produtor — e eram entregues esses resultados, no fim, ao concedente.

A ERSE sempre teve um papel importante, que foi o de fazer essa aferição e tomar uma decisão — e tem técnicos mais do que habilitados para isso — em relação à aceitação ou não das recomendações à sua afinação e sempre funcionou assim.

No ano passado foi decidido que passaria a ser a ERSE a fazer essa monitorização e esses estudos. Nós não tivemos nenhum problema em fazer a passagem do *software*, digamos, para a ERSE, que fez esse... cumpriu esse papel, no fundo, de auditor e, na realidade, quando olhamos para trás, para todos os anos em que foi feito este trabalho, nunca detetámos nenhum erro, nem no trabalho que nós fizemos, nem no trabalho, no fundo, de decisão final da própria ERSE.

Portanto, respondendo muito diretamente à sua pergunta, creio que não foi pelo facto — e deixe-me dizer-lhe que nós, apesar de a responsabilidade ter passado para a ERSE, continuámos a colaborar com a ERSE, para se fazer uma utilização correta desse *software*, colaborámos em tudo aquilo que a ERSE nos pediu — e a ERSE poderá atestá-lo, como é óbvio —, acho que o processo correu bastante bem. Nós continuámos a prestar a assistência à própria ERSE, para se poder fazer a utilização de *software*, não creio que tenha sido por nenhum resultado que tenha sido obtido que se tenha feito, digamos, uma interpretação diferente em relação aos anos anteriores.

Estamos sempre a falar em temas em que há sempre opiniões divergentes. Nós, em relação a este trabalho, acho que o cumprimos sempre muito bem. É importante, também, saberem que todos os resultados são auditados pela ERSE e, portanto, achamos que eles cumpriram bem o seu trabalho e nós cumprimos bem o nosso.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Queria apenas, e na sequência daquela pergunta que fez inicialmente, sobre o Valorágua, dizer-lhe que os Deputados estão aqui para ser esclarecidos.

É lógico que ao fim de todas estas audições, já vamos percebendo qualquer coisa, mas estamos aqui para ser esclarecidos por peritos e, por isso, é que cá vêm alguns peritos, como é o caso do senhor.

Portanto, deduzo da sua afirmação que, tal como antes estava a ser salvaguardado o interesse público, agora está a ser salvaguardado o interesse público na mesma.

Faço uma questão que é mais simples, penso: num contrato com dois contraentes, poder-se-á considerar que algum deles é independente, no que à definição dos termos do contrato diz respeito?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Peço desculpa, mas tem de me explicar um bocadinho melhor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Ou seja, temos um contrato com duas partes, que pode ser um contrato para a compra de um carro, ou pode ser para a compra de uma mobília. Podemos dizer que alguma dessas partes, entre o vendedor e o comprador, é independente, no que à definição dos termos do contrato diz respeito?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não estou a ver é onde é que a REN é parte do contrato.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, sim. No caso de, vamos supor, a compra de um carro, ou a compra de uma casa, temos duas partes. Pergunto se alguma dessas partes pode ser considerada independente no que toca à arbitragem dos termos desse mesmo contrato.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A REN não faz aquisição nem venda de energia. Portanto, nós não somos parte interessada no contrato.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, mas, vamos supor, num determinado contrato que tem duas partes — não estou a falar só da REN — , considera que pode existir ou não independência?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Peço desculpa, mas aqui tenho de procurar ser muito...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Não tem resposta!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não. Não é não ter resposta. Tenho resposta, mas acho que não é para esse tema que estamos aqui, para falar, no abstrato, sobre contratos.

Neste caso em concreto de que estamos a falar, creio que o tema é importante, que é, no fundo, testar a nossa isenção neste trabalho, porque isto é uma responsabilidade da concessão, não se trata de ser parte num contrato, não tenho qualquer dúvida de que, quando fazemos este nosso trabalho, fazemo-lo com isenção total. E não temos nenhuma razão material, não temos nenhuma compensação, de espécie alguma, para tomar uma decisão

num sentido ou noutro, o que acho que é importante. E, nessa medida, acho que não há qualquer razão para não ser isento e não ser profissional.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, compreendo. Mas vamos supor que está em causa a venda de um ativo da REN. Nesse caso, já seria. Ou seja, tanto uma parte, como a outra...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não está em causa nenhuma venda, não consigo fazer essa abstração e responder. Peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Está bem, muito obrigada. Não há problema nenhum.

Já agora, perguntava-lhe se conhece o contrato de concessão da Rede Nacional de Transporte à REN.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O contrato que tenho com o Estado português, claro que conheço. Até lhe posso dizer que é um contrato que estamos a... Com frequência, digamos, olhamos para ele, para estar muito atentos às responsabilidades que temos, porque o queremos cumprir sempre, com grande profissionalismo, e somos reconhecidos, internacionalmente, por sermos um dos melhores concessionários de rede de transporte, na Europa e em todo o mundo.

Temos um nível de custo dos mais baixos. Face àquilo que fazemos temos um nível de resposta, quer em termos de segurança, quer em termos de qualidade de serviço, dos mais altos — e isto é medido por uma associação internacional de que todos fazemos parte, que é a ENTSO-E (Associação Europeia dos operadores das redes de transporte de eletricidade). Portanto, somos uma grande referência, aliás, não só na eletricidade como na área do gás natural.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — A REN, atualmente, é uma empresa 100% privada, que detém, entre outros, o contrato de concessão da Rede Nacional de Transporte.

O contrato de concessão da Rede Nacional de Transporte tem, certamente, bem definidas as obrigações e os direitos de cada uma das partes. Várias pessoas ouvidas nesta Comissão, sobretudo altos quadros da REN, referiram que a privatização da REN foi lesiva para a defesa do interesse público.

Poderia explicar-nos em que termos é que o interesse público poderá ter sido prejudicado com a privatização da REN? Isto, caso tenha a mesma opinião.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Esse é um tema que é importante. Aliás, até já tive aqui oportunidade de falar sobre ele, com algumas pessoas que estão aqui presentes, no passado.

Tenho de confessar que, primeiro, a opinião de cada um dos meus colegas que por aqui passaram foi sempre uma opinião livre — portanto, cada um terá as suas convicções e terá a sua visão desta mesma situação. Quando comecei a trabalhar na REN, há quatro anos, tive a oportunidade de olhar para o contrato de concessão, para aquilo que a empresa fazia e confesso que, antes de trabalhar nesta área, olhava, de uma forma muito genérica, para os contratos de concessões e para o tema da gestão da rede — quer seja da eletricidade, quer seja também, mais uma vez, do gás natural — , pensando que, possivelmente, poderia fazer algum sentido o Estado ainda ter presença na base acionista da empresa.

Mas depois, com o tempo, à medida que fui aprendendo a empresa, fazendo o meu trabalho, comecei a perceber que, de facto, esta é uma empresa muito especial.

Somos uma empresa cujo trabalho é acompanhado muito, muito de perto pelo Estado.

Isto aqui não é por ordem, porque todos estes temas são importantes, mas temos a nossa supervisão, feita pela ERSE; temos todos os nossos planos, que são, no fundo, consequência de algo que é a política energética do País, que não é determinada, como é óbvio, pela REN; a Direção-Geral de Energia tem um papel importantíssimo nessa área, são eles que nos definem — há uma interação connosco, muitíssimo grande —, no fundo, os caminhos; nós, depois, temos de processar esses caminhos, fazer o planeamento, mas sempre seguindo essas regras.

Depois, temos uma grande interação, também, de qualquer projeto que pretendamos fazer ou que seja necessário fazer, e que só pode ser feito, como os senhores sabem, depois de aprovados os planos ou depois de, especificamente, projeto a projeto, serem aprovados, caso os planos plurianuais não tenham sido aprovados.

Ainda temos a APA (Agência Portuguesa do Ambiente); ainda temos o AMIE (Additive Manufacturing Integrated Energy) ... Como disse, a REN não transaciona a energia, nós somos completamente independentes da área da geração de energia, somos completamente independentes da área da venda de energia, portanto, a REN não tem nenhum papel, não tem nenhum interesse nem na compra nem na venda dessa energia, não temos nenhum interesse nem económico, nem financeiro.

Por fim, é a Secretaria de Estado da Energia que aprova todos estes planos e tudo aquilo que nós pretendemos fazer. E esta capacidade e esta influência na empresa não se limita só a autorizações daquilo que se pretende fazer. Há também uma observação de muito, muito detalhe e uma autonomia de decisão em relação à auditoria, de tudo aquilo que nós fazemos.

Portanto, hoje, quando olho para este sistema, e é aquele onde trabalho todos os dias, posso afirmar que não vejo nenhuma vantagem ou nenhuma necessidade de que o Estado volte a ser acionista da empresa.

A empresa atua em cumprimento de um contrato de concessão, tem todas essas regras; quem, de facto, nos orienta o nosso trabalho, aprova o nosso trabalho, são autoridades que acho que todos nós conhecemos, já passaram por aqui, já deram o seu próprio parecer em relação...

Acho que este é um tema em que é preciso ser objetivo: há alguma falha da empresa, que se possa falar dela nos últimos anos? A remuneração da REN, tema de que os Srs. Deputados falam bastante nesta Comissão, não é vitalícia, é revista de três em três anos pela ERSE. A remuneração é ajustada, é analisada, é feito um sem-número de cálculos, é uma remuneração que, mesmo quando comparamos a ERSE face às suas congéneres, está longe de ser a mais generosa ou de poder ser alvo de alguma crítica em relação ao que o Estado paga.

Somos, como já referi, uma das empresas mais eficientes do setor em toda a Europa no que se refere à eletricidade e ao gás. Acho que não temos nenhuma situação em que se possa falar do cumprimento deficiente do contrato, de falta de isenção na forma como trabalhamos, pelo que estou bastante convicto de que temos hoje um modelo que é bom.

Se olharem para a empresa em 2007, quando foi feita a privatização, e olharem para a empresa nos dias de hoje, todo o seu percurso é feito com enorme profissionalismo. Temos um comportamento que, acho, está acima de qualquer tipo de suspeita em termos de capacidade técnica, de investimento.... Temos acionistas que estão na empresa... Na última fase da privatização que foi feita em 2012, os acionistas que entraram, a State Grid e a Oman Oil, os dois grandes acionistas que compraram as ações a seguir à intervenção do Fundo Monetário Internacional, permitiram a uma empresa que, quando estava na esfera do Estado, tinha enormes dificuldades de

tesouraria, tinha uma dificuldade financeira extraordinariamente complexa, rapidamente se tornasse numa referência em matéria de risco.

Nós somos a primeira empresa portuguesa a obter a classificação de grau de investimento em relação a qualquer outra empresa nacional, e estamos longe de ser a maior, temos 700 colaboradores. A empresa faz bem o seu trabalho, é uma empresa onde os nossos engenheiros — 65% das nossas pessoas trabalham e têm formação na área da engenharia — gostam de trabalhar, é uma empresa atrativa. Cumprimos todas as nossas obrigações. Acho que somos um bom exemplo a qualquer nível e, portanto, a empresa está bem assim. E, mais uma vez, o Estado tem, de facto, controlo total sobre aquilo que fazemos quer *a priori*, quer *a posteriori*.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Penso que já respondeu a esta questão, mas, para que fique de forma clara, pergunto se, na sua opinião, o contrato de concessão já prevê os instrumentos adequados com a força necessária para fazer prevalecer o interesse público na operação da REN.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sem qualquer dúvida. Não seria capaz de definir melhor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Tem conhecimento das intenções do Estado em adquirir uma quota de 15% no capital da REN?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não tenho conhecimento. O que sei é o que li nos jornais, são rumores sobre um tema e, com toda a franqueza, é um tema recorrente. Já ouvi falar, no passado, nesse interesse, já ouvi não ser comentado pelos dirigentes no nosso País.

Portanto, não tenho nenhuma informação a prestar sobre essa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Acha que as declarações ou eventuais boatos como os que referem o interesse pelo Estado em adquirir uma quota de 15% no capital da REN são benéficos para o comportamento em mercado dos títulos da REN?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tenho de dizer que nunca ouvi falar em compras de 15% de capital da REN, nem vi as afirmações serem atribuídas a nenhum membro do Governo em concreto. Não sei se as declarações foram ou não exatamente assim e não vi ninguém fazer essas declarações. Limitei-me sempre a ouvir serem descritas como rumores.

Não tenho conhecimento de nenhum dos nossos grandes acionistas com posições qualificadas superiores a 2% ter intenção de vender ações. É óbvio que este tipo de rumores criam sempre alguma instabilidade. Estive, recentemente, em viagem com os meus colegas da área de investimentos externos e, de facto, tivemos imensas perguntas sobre o tema, mas isso — tenho de confessar — são situações normais. Uma empresa que está na Bolsa, quando acontece qualquer rumor deste tipo, quando aparece informação deste tipo, é normal ser questionada, mas não sentimos nenhuma instabilidade.

As nossas ações são muito estáveis e na nossa empresa, como já disse, procuramos cumprir muitíssimo bem o nosso trabalho. Tem havido tempestades, houve incêndios como os que tivemos, por exemplo, nos últimos anos e a nossa rede tem tido um comportamento fantástico e mostrado que estamos bem preparados para lidar com dificuldades. Essas coisas, muitas vezes, perturbem mais do que este tipo de rumor. Esses rumores não têm um efeito prático, fazem-nos perguntas, mas não se passou nada de especial com a ação da REN nas últimas semanas.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Penso que, em parte, também já respondeu. De qualquer maneira, para constar no relatório, gostava de perguntar o seguinte: pressupondo que o Governo decidia entrar no capital da REN, na sua opinião, seria positivo se o fizesse?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Já respondi a essa pergunta.

Acho que esses temas... Vamos lá ver, nós somos uma empresa que está no mercado de capitais. O Governo, como outra qualquer entidade, pode decidir a qualquer momento comprar ações e, de acordo com as regras que existem no mercado, mal estará o gestor que diga que é um problema se o acionista *A* ou o acionista *B* entrarem.

Eu não estou aqui para dar opiniões pessoais. Represento a empresa e aquilo que acabei de explicar é como eu, como gestor, vejo as coisas. Acho que, de facto, não acrescenta valor, mas, se me pergunta se é uma complicação, direi que o importante é que haja interesse em ter acionistas para a empresa. Se o Estado é um desses potenciais acionistas, de certa maneira, acho interessante ver que até o Estado gostaria de voltar a ser nosso acionista. Se é ou não útil, como expliquei longamente, não vejo necessidade de haver uma reentrada do Estado na REN.

Acho que esses temas são muitas vezes... Aliás, tive oportunidade de os discutir com muito detalhe há um ano e meio quando foram apresentadas propostas parlamentares nesse sentido e agora digo o mesmo que disse na altura. Uma coisa são as questões ideológicas e não as podemos com franqueza... Cada um de nós tem as suas convicções e só temos de saber respeitar essas convicções. Essa necessidade — e é disso que gosto de falar — não existe. Quem toma essas decisões, como é óbvio, não sou eu, são os Governos, são os investidores. Para mim, o Estado é um investidor como outro qualquer.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Entende que o interesse do Governo em entrar no capital da REN poderá estar relacionado com algum tipo de favorecimento à OPA (oferta pública de aquisição) da CTG (China Three Georges) sobre a EDP?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Como disse, se nem o Governo está disponível para comentar, confirmar se é verdade que querem ou não entrar no capital da REN, estar agora aqui a tentar fazer uma ligação de um outro tema, peço desculpa, mas não tenho nenhuma observação a fazer.

Em matéria de investimento na área da REN, a única restrição que existe é a incompatibilidade que estão definidas na lei quer nas regras europeias, quer nas regras nacionais relativamente à separação de atividades da transmissão em relação à geração e ao retalho da energia, em relação à compra e venda de energia e a sua geração. Nós não podemos estar envolvidos nessas atividades. As regras são essas e a lei é muito clara. O Estado comprar ou não ações da REN não tem nada a ver com essas outras regras. E as outras regras é que são importantes para o projeto que descreve. Não estou a ver a relação de uma coisa com a outra, mas se o Governo é o suspeito de ter dito isso — que nem eu nem ninguém ouvimos —, é um rumor, são questões e que se fala de vez em quando, não é algo que tenha acontecido nas últimas semanas... Estou há quatro anos na REN e nos últimos quatro anos várias vezes ouvi discussões sobre essa matéria.

Portanto, estamos a falar de rumores. Não vou estar a comentar se o rumor foi feito para facilitar ou para prejudicar. Não tenho mesmo nenhuma observação a fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Podem ser, de facto, rumores, mas é um fato que nunca foram desmentidos e, tendo nós a sua presença aqui, fazia todo o sentido, neste momento, perguntar a sua opinião.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — E eu respondo com toda a boa vontade. Tenho um ar sério. Às vezes, parece que estou zangado, mas não estou.

*Risos.*

Estou aqui de muito boa vontade.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Estivemos a ver a apresentação do road *show* para investidores de janeiro de 2019. Alguma vez participou pessoalmente num deste road *show*, enquanto CEO (chief executive officer) da REN?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não percebi.

Eu participo... Quando a empresa faz viagens para a promover, para esclarecer dúvidas aos investidores, só não estou se a minha agenda não me permitir. Normalmente, estou, seja em Portugal seja em Inglaterra, seja em França ou em qualquer parte do mundo. Acompanho os meus colegas que têm essa responsabilidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Quando é que foram as últimas vezes que participou?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Na semana passada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Pressuponho, e de acordo com a informação que vamos tendo, que quem participa neste tipo de eventos e de sessões, até porque temos os investidores que podem fazer perguntas, tem um grande conhecimento sobre os conteúdos das apresentações e que as

próprias apresentações são preparadas de forma cuidadosa e aprovadas pela própria administração. Está correto este meu entendimento?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — As apresentações a investidores são aprovadas pelas pessoas que têm a gestão da empresa, não é o Conselho de Administração que tem de aprovar. São aprovadas pela Comissão Executiva, normalmente. Mas é um trabalho de rotina. Uma apresentação a investidores tem um formato próprio, os conteúdos são... Há uma questão muito importante: sendo uma empresa cotada, qualquer conteúdo que apresentemos tem de ser feito com informação que é pública. Portanto, isso, à partida, diria, tira qualquer... Nós não podemos ter numa apresentação para um grupo de acionistas algo que não se apresente para o mercado de uma forma geral. O conteúdo das nossas apresentações é geral. A maior das vezes as nossas apresentações estão no nosso *site*, as principais estão todas no nosso *site*, são públicas.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, são bem discutidas e há certamente um conhecimento sobre as mesmas, quando elas são feitas.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Claro.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Na apresentação aos investidores, está referido que, no ano 2000, é concedido à REN um contrato de concessão da Rede Nacional de Transportes por um período de 50 anos.

Perguntava se o contrato de concessão da REN no que se refere à Rede Nacional de Transporte (RNT) é um contrato BOT (Build operate and transfer) como os CAE privados ou é um contrato BOO (Build operate and own) como os CAE da EDP. Isto é, no fim da concessão, a REN entrega à RNT, ao Estado, e ponto final, ou seja, entrega e não há nenhum valor

residual ou o Estado ainda tem de indemnizar a REN e pagar o valor residual que existir?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Confesso que não posso dizer seja o que for porque estamos a falar de partes do contrato que são muito específicas, que é a finalização dos contratos. Confesso que não tenho conhecimento da forma... Como estamos ainda tão distantes dos finais dos contratos... É assim: eu, em 2000, quando estes contratos foram anunciados, como é óbvio, eu não estava na empresa, não lidei com nada desses contratos. A minha preocupação, e quando digo que conheço bem o contrato de concessão, é em relação às nossas obrigações contratuais de serviço. Confesso que nunca li quais são as condições. Se calhar, agora vou ler. Quando chegar ao escritório, vou pedir para perceber isso, mas o meu foco não é o término do contrato, porque, como compreenderá, isto é algo que vai acontecer, se não estou em erro, dentro de mais ou menos 30 anos.

Portanto, não afeta minimamente a nossa atividade de hoje, nem é preocupação do meu Conselho de Administração nem da minha Comissão Executiva estar a lidar com isso. Não conheço e não posso estar agora a falar sobre isso, porque era errado da minha parte. E esses temas não são alvo das nossas apresentações de investidores da atualidade. Em 2000 talvez fosse quando foi apresentado, mas hoje não. Podemos dizer que temos um contrato até 2047 ou 2045, mas hoje não se fala disso, nunca tive nenhuma questão de nenhum investidor nosso sobre essas matérias.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Mas, Sr. Presidente, é um bocado estranho que, enquanto presidente desta importante empresa, não saiba o que vai acontecer às infraestruturas e equipamentos da REN no fim do prazo do contrato de concessão!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Com franqueza, não acho estranho. É óbvio que poderia saber, mas digo-lhe, com toda a franqueza, que o que me preocupa no meu trabalho neste momento, não é o que vai acontecer, nem o valor nem a forma que o término do contrato de concessão tem nessa fase. A minha prioridade de trabalho não é o que vai acontecer daqui a 30 anos. Isto não afeta o valor da nossa empresa e a minha prioridade é, de facto, o serviço.

Posso estar aqui a cometer um erro, mas num contrato de uma concessão, normalmente o que vale é o valor contabilístico dos ativos e não há, digamos, outro tipo de direitos. Mas, mais uma vez digo, não li, não sei e teria de estar a confirmar com os meus colegas. Se tivermos um intervalo nesta reunião, a seguir ao intervalo poderei dizer-lhe com certeza, mas neste momento não posso dizer-lhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Voltando a essa apresentação que foi feita aos investidores em janeiro de 2019, foi referido que em 2007 foi concretizada a OPV (operação pública de venda) da REN e foi celebrado um novo contrato de concessão, que, presumo, seja da Rede Nacional de Transportes, até 2057, ou seja, com um prolongamento de sete anos face ao contrato inicial.

Por isso, eu tenho aqui algumas questões: o novo contrato de concessão foi celebrado antes ou depois da OPV? Os termos do novo contrato já constavam do prospeto da OPV?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não quero afirmar, mas é assim: nós, na apresentação que fazemos a investidores, não temos o nível de detalhe de que estamos a falar neste momento, confesso. Se tiver uma informação diferente, diga-me, mostre-me e poderei esclarecê-la.

Portanto, nós não falámos porque não tem interesse estar a falar disso e, como lhe disse, estamos ainda muito longe do término do contrato de concessão, daí isso não ser um ponto importante nas apresentações.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, mas estas são reuniões para investidores e, por isso, é natural que um investidor interessado coloque este tipo de questões e quando se fala de um prolongamento de um contrato, de mais sete anos, é, certamente, matéria que é importante e seria natural que perguntassem, tal como nós estamos aqui numa Comissão de Inquérito e perguntamos. Eu não sei, pergunto...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas está a perguntar-me e eu estou a responder-lhe e quem está nas reuniões sou eu. Portanto, se estou a dizer-lhe que isso não é tema nas reuniões é porque não é tema nas reuniões. Eu estou nas reuniões e estou em quase todas.

Esse é um tema que não surge nas reuniões pelas razões que expliquei: estamos ainda muito, muito longe do final da concessão, muito longe. Trinta anos quase que é mais do que uma geração e, portanto, isso não é tema para nós nem os nossos investidores têm essa preocupação. Se me disser que quando estivermos a dez anos do término do contrato eles vão querer saber... É assim, não há qualquer...

O que é que preocupa um investidor na REN? O que o preocupa é perceber qual o plano de investimento da empresa a médio prazo. Nós temos de ter a noção que os investidores normalmente não são os investidores que estas empresas têm. Pode ter um ou outro investidor, digamos, industrial, que pode ficar por um período de 10, 12 ou 15 anos, mas, normalmente, eles são investidores financeiros e ficam menos tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — É, certamente, importante saber o que é que levou à necessidade de assinar um novo contrato de concessão e por que motivo...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Peço desculpa, mas continuo a achar que há qualquer coisa estranha...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — ... e por que é que foram atribuídos mais sete anos à REN.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não, é que eu não estou a ver qual foi esse novo contrato de concessão. Eu não tenho conhecimento absolutamente nenhum de ter...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Numa destas apresentações consta que houve um prolongamento de mais sete anos do contrato de concessão.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu tenho de ver o documento porque, com toda a franqueza, não estou a ver qual seja esse documento. Se me permitir que o veja, pode ser que eu consiga... Pode ser só uma questão de linguagem... Porque eu estou na empresa há quatro anos, não vou falar. Nas apresentações de investidores que temos atualmente, e nos últimos quatro anos, não houve novas concessões, portanto, por aí não pode ser. Em relação ao passado e à forma como os contratos foram negociados e respetivas datas, com franqueza, eu não estava na empresa, por isso é-me difícil dizer, mas, tanto quanto sei, o nosso contrato de concessão é o original, não foi feito na privatização um novo contrato. E o contrato de concessão é anterior à privatização.

Por acaso, tenho curiosidade em ver o documento, porque se o puder ver poderei tentar esclarecer. Se mo quiser mostrar eu tenho todo o gosto em o ver.

*O Sr. Rodrigo Costa vê o documento.*

O Sr. **Rodrigo Costa**: — E até vou ser-lhe franco, isto até pode ser um erro de escrita. As pessoas enganam-se!...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça o favor de prosseguir a audição.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, a questão é que o documento a que tive acesso, de facto, demonstrava que havia uma prorrogação de mais sete anos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas creio que, de facto, é uma questão de linguagem, não estou a ver que haja nenhum contrato novo de concessão. A data que temos ali é a data do prazo da concessão... Mas tenho que ver...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Bom, pode ser, de facto, um erro, mas como o senhor compreende, se houvesse uma prorrogação seria importante para esta Comissão de Inquérito e para os consumidores...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, mas não há...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — ... perceber por que é que existia essa prorrogação e o que tinha sido pago ou se tinha havido algum investimento para que houvesse essa prorrogação. Era, de facto, uma matéria

que seria importante que averiguássemos, como compreende, mas também vamos ter depois uma segunda intervenção e, certamente, haverá tempo para que possa explicar melhor esse ponto, que é, de facto, importante para nós.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, terminou a sua primeira ronda?

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, sim. Vou apenas aproveitar para entregar à Mesa um documento que tenho aqui, que é importante e onde constam estes elementos.

*A Deputada Fátima Ramos, do PSD, entrega o documento à Mesa.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O relógio avariou, mas o próximo grupo parlamentar a intervir é o PS.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, atendendo a este documento-não documento, e porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não conhece nenhum contrato que aumente o período da concessão, se o PSD tem esse documento solicitamos que ele seja distribuído por todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como reparou, estou com dificuldade em pôr o relógio a zero e ainda vou ter de fazer um despacho, exatamente para que o documento seja distribuído por todos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não estamos a falar do contrato geral da concessão, está a falar-se do contrato do regime dos terrenos hídricos.

Tenho de ver, tenho de pedir mais detalhes, para perceber. Portanto, não é o contrato da RNT.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com a audição...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — É só porque eu não estava a perceber, porque não havia contrato novo. Isto é uma parte de um contrato de concessão dos terrenos hídricos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Não foi isso que perguntei.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, mas, se me permite, é que eu não conhecia este detalhe...

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada vai ter uma segunda ronda onde poderá voltar a colocar as questões. Até lá o documento será distribuído.

O relógio já voltou a funcionar e, neste momento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, para proceder à sua inquirição.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero cumprimentar o Sr. Rodrigo Costa, Presidente da REN, e cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Permita-me que nestes 8 minutos coloque algumas perguntas sobre questões anteriores a 2015, mas que têm que ver com todo o processo da REN e, enquanto Presidente da REN e representante da instituição, mesmo que não tenha os dados, dará as repostas possíveis e compreenderemos a situação.

Uma questão prévia, inicial: uma das principais questões que têm vindo a ser colocadas nesta Comissão de Inquérito, e que é o que dá o nome à própria Comissão, é a existência ou não de rendas excessivas.

Por exemplo, nos últimos dias, tivemos a audição de dois ex-secretários de Estado do mesmo ministro, um a dizer que existiam rendas excessivas, o Eng.º Henrique Gomes, e o Dr. Artur Trindade, que dizia — e não quero citá-lo aqui *ipsis verbis* — que, quando muito, existiam remunerações em excesso nalgumas áreas.

Pelo seu conhecimento do setor elétrico e da REN, queria questioná-lo se existem ou não rendas excessivas no setor elétrico.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sobre o tema das rendas excessivas ou, como outros lhe chamaram, das remunerações que são feitas aos vários intervenientes do setor, não vou, de facto, pronunciar-me sobre contratos de concessão, ainda por cima, se são contratos de concessão PPA (*power purchase agreements*, contratos de aquisição de energia) ou outro tipo de contratos que foram feitos. E não estou a tentar escudar-me no facto de não ter estado no setor nessa época, mas a realidade é que olho para todos estes temas se calhar de forma ligeiramente diferente de muitas outras pessoas.

Estamos a falar de situações que se passaram há duas décadas, às vezes até mais e, portanto, para mim é muito difícil estar a tentar, hoje, classificar contratos que foram feitos há tantos anos e foram feitos por entidades que — a REN e as nossa pessoas — tiveram o envolvimento que tiveram, em relação a pareceres e a serem ouvidas em vários fóruns, deram contributos técnicos, de certeza, e, mais uma vez, acho que todos os deram de boa-fé.

Mas a realidade é que estamos a falar de uma época diferente, em que ninguém conseguia adivinhar o futuro. E não digo isto para dizer que se paga muito ou paga pouco. À altura, tanto o Estado, quando contratou, como as empresas, quando aceitaram esses contratos ou negociaram essas propostas,

fizeram acordos em função de uma realidade que não tem nada que ver com a realidade de hoje. Só para dar um exemplo: quem diria, há três ou quatro anos, que a energia fotovoltaica hoje, quando é produzida, o equipamento para a sua produção é tão ou mais competitivo do que o equipamento para eólicas? Ou seja, o megawatt-hora, que pode ser produzido com um sistema fotovoltaico, hoje é muito competitivo face aos seus concorrentes.

Esta realidade não era assim há três anos. Eu já estava no setor e assisti a algumas conferências e conversas, há quatro anos, quando se tentava falar do futuro, e ainda não se percebia muito bem o que iria acontecer. Portanto, quando fazemos um contrato, há dez anos, que vai ter de viver 10, 20 ou 30 anos, acho natural... Primeiro, é sempre natural que quem está de um lado... Aliás, como há pouco a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizia, numa negociação de um contrato há uma parte que quer comprar, outra parte que quer vender; quem quer comprar quer comprar o melhor possível e quem quer vender também quer vender o melhor possível. Esta é a regra natural, é assim que funciona a economia.

Eu não tenho dados, não estava lá, portanto, não sei qual era o ambiente nem as incertezas que se viviam no setor. A única coisa que sei é que hoje é fácil olhar para trás e dizer que é muito ou que é pouco, em função da realidade de hoje. Não sei se estamos todos a fazer aqui a análise certa em função do que era a realidade há 10 ou 20 anos.

Quando vejo que estamos a falar de decisões, de contratos que, no fundo, foram feitos em 1995 e 1996, acho difícil poder ter uma afirmação clara. Que uma pessoa possa dizer que à luz da realidade de hoje parece muito, é evidente que parece muito, mas temos de pensar que quando estes projetos foram feitos era difícil arranjar quem os quisesse fazer. Ninguém queria correr riscos, porque os custos que as pessoas tinham eram aqueles.

Depois, também acho que determinado tipo de projeções que foram feitas, quando foram definidos esses preços, eram as que havia na altura. Se

calhar, se as projeções se tivessem vindo a concretizar de uma forma negativa para, digamos, o vendedor teriam prejudicado quem forneceu o serviço. Como foram vantajosas para quem o contratou, os números já são diferentes.

Mas acho que é difícil estar a fazer um juízo binário, digamos, se é bom, é mau, é caro, é barato. Enfim, isto foi feito há 10, 15, 20 anos. Foi decidido e, aliás, acho que pela própria diferença de opiniões entre as várias pessoas que por qui passaram, creio que já são cerca de 40, é fácil ver que as opiniões divergem e não é só porque se quer defender o *A*, o *B* ou o *C*.

Posso dizer: dentro da REN temos muitas opiniões. Por exemplo, a minha opção em relação aos meus colegas que cá vieram, quer dizer, não falei com eles, não lhes perguntei o que vinham dizer ou que deixavam de vir dizer, nem eles me perguntaram a mim ou me pediram orientação para vir dizer fosse o que fosse.

Temos a nossa opinião e devemos dá-la. Acho que o tema, de facto, é difícil. Esta Comissão tem aqui um tema muito complicado, porque, no fundo, diria que todos temos uma tendência natural para querer julgar os factos à luz de hoje. A única coisa que uma pessoa pode dizer, e acho que é justo que o diga, é, se calhar, quando se fizeram estes contratos há 10 ou 20 anos, quando se desenharam, deveria ter havido um bocadinho mais de cuidado em prever situações positivas para um lado e positivas para o outro e negativas para um lado e para o outro. É verdade. Tenho a certeza de que as pessoas tentam fazer isso, mas todos querem segurança e, portanto, estamos onde estamos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Falou do envolvimento da REN. Na data da elaboração do Decreto-Lei n.º 240/2004, que instituiu os CMEC, como poderá classificar esse envolvimento da REN, como é que a REN defendeu, ou não, a matéria? Pelos dados que tem, a REN esteve atenta nomeadamente

em relação aos alertas quer da Autoridade da Concorrência, quer da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Como já tive oportunidade de dizer, somos uma empresa muito técnica, portanto o nosso contributo é sempre um contributo que se despe de outro tipo de interesses e, de certa maneira, acho que é por isso que o sistema é bom e funciona e que as regras do *unbundling* são tão, tão importantes para a separação de atividades.

Quando há uma empresa em que não temos nenhum interesse... As empresas, nós e a EDP; separaram-se totalmente, creio eu, em 2006. Embora a empresa já exista, de forma autónoma, logo a seguir, se não estou em erro, em 2000, efetiva-se, de facto, a separação total das empresas.

O nosso papel era já, na altura, um papel muito independente. Era muito, muito técnico. Em 2007, as empresas já estavam totalmente separadas.

Não temos, hoje em dia, nem é do meu tempo, ou anterior ao meu tempo, relações que não sejam relações técnicas com as empresas. Estamos a falar de um dos principais geradores de energia do País, estamos a falar da empresa responsável pela distribuição da média e da baixa tensão e, portanto, é incontornável haver uma relação técnica.

Mas é uma relação técnica que temos também com qualquer entidade que seja licenciada pela DGEG para dar um contributo de energia à Rede Nacional de Transporte. Nós fazemo-lo, não trabalhamos... E vou confessar que são relações, muitas vezes, tensas, difíceis, porque todos querem o melhor para a sua empresa, todos querem fazer as coisas à sua maneira e, mais uma vez, nós temos essa relação...

Se consultar a ERSE, se consultar a DGEG, creio que, mesmo estas gerações mais novas, que são as que estão lá agora, vão reconhecer que já é assim há muitos anos. Acho que o nosso papel tem sido sempre um papel

técnico, é nisso que somos bons. O facto de não termos interesses económicos e financeiros na energia ajuda muito a cumprir, ou seja, é um grande catalisador de um trabalho bem feito.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Já vamos a esse papel técnico, mas ainda nesta questão inicial dos CMEC, do Decreto-Lei n.º 240/2004, que foi já publicado com o Governo em gestão, com os contratos de homologação assinados poucos dias antes das eleições e que tiveram como base a entrada de Portugal no mercado liberalizado de energia, a primeira questão é se Portugal tem um verdadeiro mercado liberalizado de energia, até porque é uma questão que tem sido discutida aqui por vários intervenientes.

A outra questão é a seguinte: a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que tem ampla capacidade técnica, colocou como se tivesse tido um custo para os consumidores de 510 milhões de euros pelo relatório que apresentou em 2017. À REN, esse valor parece exequível? Só em juros eram 125 milhões, porque defendiam taxas de juros iguais e não o contrário.

Gostava de lhe perguntar o que é que a REN pensa sobre este assunto.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tem de compreender que há determinadas matérias em que a nossa intervenção, mais uma vez, e não é querer refugiar-me na nossa qualidade de agente técnico... Damos informação, mas as decisões não são da REN, nem devemos, não nos fica bem, nem é ético estamos a pronuncia-nos depois sobre as decisões que são tomadas quer pelos reguladores setoriais ou outro tipo de regulador ou pela própria Direção-Geral de Energia.

Não temos que dar opiniões sobre essas matérias e acho que esta é a posição correta a ter. Espero que compreenda. Isto tudo tem um formalismo muito grande. É um processo. Temos uma altura em que devemos dar um

contributo e, até mesmo legalmente, é essa a nossa obrigação e responsabilidade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Não quer comentar, então, o valor de 510 milhões de euros que a ERSE concluiu.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Como é óbvio, não comento as decisões da ERSE.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Uma das questões técnicas que foi aqui debatida sobre a REN tem a ver com os testes de disponibilidade.

Nesta Comissão de Inquérito, o ex-Diretor-Geral da Energia, Eng.º Pedro Cabral, também com ligações à REN, afirmou que a REN deixou de ter a prerrogativa de testar a disponibilidade das centrais afetas à EDP, alteração prevista nos acordos de cessação dos CAE para os CMEC. Contudo, já foi aqui dito por outras pessoas o contrário.

A minha pergunta é: a REN tem ou não possibilidade de fazer esses testes de disponibilidade?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Nós só não fizemos testes de disponibilidade num período em que se estava à espera de uma clarificação legislativa. Houve uma alteração legislativa, se não estou em erro, no final de 2013, portanto, houve ali um período em que não foram efetuados testes de disponibilidade, porque, legalmente, não os podíamos fazer.

Perdemos essa competência que foi, depois, restabelecida e continuámos com os testes de disponibilidade. Houve um interregno nos testes, não por nenhum interesse ou decisão, digamos, de gestão administrativa ou incapacidade. No fundo, é tão simples quanto isto.

Achamos, como é óbvio, que é importante fazer os testes, que são uma ferramenta importante que o sistema tem e que cumpre regras e que devem ser feitos.

Uma questão que é muito importante é que, se tiverem oportunidade de ver... E podemos, se quiserem, facultar isso, mas talvez nalgum documento que nos pediram até podem já ter acesso. Quando olhamos para estes longos períodos de testes de disponibilidade, quando há um interregno não há diferença na disponibilidade em si. Não se consegue detetar nenhum padrão de incumprimento por parte de ninguém.

O que quero dizer é que, com ou sem testes, as coisas nunca deixaram de funcionar bem. Isto porque um período de um ano é muito pequeno, com toda a franqueza, para se alterarem procedimentos nas unidades de geração. Só com muito má gestão é que isso podia acontecer, digamos. Mas, de facto, não aconteceu.

Houve uma falta de testes durante um determinado período, não por incapacidade de os fazer de uma forma técnica. Mas, de facto, foi um interregno legislativo. Não sei qual será o nome que se deve dar a esse período. Mas não os pudemos fazer, porque não estava regulamentado.

Quando essa regulamentação foi feita, recuperou-se novamente o processo normal e continuou a ser feito. Mas não afetou... Não se pode estar a olhar para esse período e achar que houve uma falha por causa de não haver testes ou que os sistemas, os grupos geradores ou as entidades que produzem energia fizeram alguma malandragem. Não foi isso que detetámos.

É um problema que poderia ter tido consequências, mas não houve qualquer consequência ou anomalia que tenhamos detetado. Creio, não, tenho a certeza absoluta que isso é do total conhecimento, quer da Direção-Geral de Energia, quer da própria ERSE.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda em relação aos testes de disponibilidade, a REN considera que faz todo o sentido a sua manutenção, então?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Claro.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sobre a questão da disponibilidade e sobre a sobrecompensação do cálculo da disponibilidade, a ERSE coloca esse valor num custo acrescido para os consumidores, na passagem dos CAE para os CMEC, de 285 milhões de euros, parte dos anteriores 510 milhões de euros, que já foram citados, do estudo de 2017.

Esses dados têm como pressuposto estes testes de disponibilidade da REN?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tenho de acreditar que sim. Não somos nós que podemos dar a resposta, não é? Mas acho que... Muito me admiraria se não fosse assim.

Toda a informação, mais uma vez, tem muito a ver com a forma como trabalhamos e como funciona a nossa relação com o concedente. Temos responsabilidades de trabalho, de operação, de projeto, mas temos uma grande responsabilidade de reporte. Temos quer uma Direção-Geral de energia atenta pela missão que cumpre e a ERSE também atenta em relação àquilo que nos pede.

Sentimos que tudo aquilo que nos é pedido é-o com uma intenção e é levado a sério e é formulada, como é óbvio, uma opinião... Começámos a falar sobre o Valorágua, mas é preciso saber, quando uma pessoa diz que a ERSE chamou a si a responsabilidade da utilização do Valorágua, primeiro, não chegaram a nenhuma conclusão diferente da que nós não tivéssemos chegado antes e partilhado com eles. Sempre tivemos as boas notícias de que

aquilo que fazemos estava bem feito e auditado sempre por eles e por muitas entidades externas.

Aqui, nestas matérias, acreditamos que a ERSE utiliza os nossos dados, de uma forma real, com capacidade de julgar, inclusive. Acho que é feita uma boa utilização.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente. Pela sua resposta, podemos aferir que a REN acredita que estes 285 milhões de euros têm como base os dados dos testes de disponibilidade?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Acredito que tem a interpretação da ERSE em relação aos dados que damos. Cabe à ERSE dizer se os valores estão bem ou mal. Não me cabe a mim.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação a outras questões que têm sido trazidas ao contexto desta Comissão de Inquérito e que têm a ver com a remuneração dos terrenos da REN, os terrenos das centrais hídricas foram consignados à REN aquando da sua desintegração vertical da EDP existindo uma remuneração por esse facto.

Considera que as remunerações dos terrenos da REN visaram resolver um problema contabilístico como foi aqui dito nesta Comissão de Inquérito, nomeadamente em questões das imparidades? Elas foram justas, desse ponto de vista?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sr. Deputado, este é um daqueles temas que acho que era mesmo preciso ter estado presente. Reparem, quando se é presidente de uma empresa temos de lidar com o momento atual e com o futuro da empresa. É óbvio que temos de olhar para algumas coisas do passado também. Eu não estava no setor quando isto se passou. Não tenho

sensibilidade, e é preciso ter uma sensibilidade diferente, à forma como se processaram todas estas avaliações. Mas há uma coisa de que não nos podemos esquecer. A que ano é que se está a referir?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A 2010.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — 2010 é uma altura em que o Estado português tem 70% da empresa. A nomeação dos órgãos sociais e de gestão, na sua essência, era feita pelo Estado português, como é óbvio já com algum contributo de alguns dos acionistas que havia no Conselho de Administração, que, se não estou em erro, tinham entrado dois anos antes. Mas, essencialmente, estamos a falar de uma empresa... Aliás, mesmo quando estamos a falar, por exemplo, de 2007 e do tema do contrato, de que depois teremos oportunidade de falar, de facto, em 2007 a empresa era 100% do Estado português.

Portanto, quando se trata daquela extensão do contrato do regime dos terrenos hídricos, foi o Estado português a tomar uma decisão numa empresa que era 100% sua. Não há aqui influência nem de acionistas nem de outras partes interessadas, foi o Estado a decidir sobre si próprio.

Em relação a esta fase, confesso que tenho alguma dificuldade. Não consigo recriar. Não estava lá e para poder responder de uma forma minimamente séria à sua pergunta tinha de ser parte. A única coisa que posso dizer é que foram feitas avaliações, foram pedidas umas avaliações externas, foi-nos pedida uma avaliação a nós. As pessoas que fizeram essa avaliação, inclusive, já passaram por cá.

Ainda hoje são tema de conversa dentro da própria empresa os projetos, o que se fez e o que não se fez. É muito difícil ter uma certeza a 100 % sobre se era de facto o valor correto. Tem a ver um pouco com aquilo de que falei há bocadinho, que é, quando se vê o valor futuro de um

determinado serviço, é difícil ver qual ia ser a evolução. Será que devemos olhar para o valor do que se paga considerando só uma taxa de inflação? Será que é previsível ver se o custo do equipamento vai baixar ou vai subir? Acho que são demasiadas variáveis que podem influenciar a forma como esses preços foram definidos.

A única coisa que lhe posso dizer, quando olhamos para a REN, quando olhamos para aquilo que é a remuneração da nossa concessão, é que trabalhamos num sistema que tem uma revisão todos os três anos. Inclusive, foi dito aqui pelo Prof. Vítor Santos, que foi Presidente da ERSE num período bastante extenso, que até o mostrou na sua apresentação — por acaso lembro-me bem —, onde é que se coloca a REN *versus* os demais TSOs (Transmission System Operators in the European Union Internal Electricity Market) europeus, quais são os nossos custos.

Somos uma empresa que presta um serviço que considero que é muito bom, dificilmente poderia ser melhor, só temos de conseguir trabalhar sempre neste regime de qualidade, o que é sempre algum *stress* para nós, para termos a certeza que se faz sempre um bom trabalho, mas a realidade é que a nossa remuneração é uma remuneração que nem de perto nem de longe está dentro da média europeia, estamos bem abaixo da média europeia, ou seja, estamos bem.

No passado, quando foram feitas estas avaliações, tivemos o nosso papel, demos o nosso contributo. Mais uma vez, estamos a falar numa altura em que a empresa, essencialmente, era do Estado, em que o Estado era quem tomava decisões, e eu não tenho capacidade para estar agora a fazer avaliações sobre aquilo que aconteceu numa determinada altura. Era preciso ter sido autor e ator para poder dar um contributo eventualmente útil.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Falou há pouco também em relação à remuneração dos ativos da REN e à remuneração da REN, e que ela seria

colocada pela ERSE, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que é quem estipula essa remuneração.

Gostava de lhe perguntar como foi a evolução dessa remuneração nos últimos anos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A remuneração da REN tem tido sempre um ajuste, nos últimos anos, em baixa, porque a nossa remuneração está muito ligada àquilo que se paga em matéria de juros bancários.

Não sei se as pessoas têm ideia mas a REN, quando foi privatizada, tinha um nível de dívida muito, muito alto. Foi uma decisão. Não lhe posso dizer como é que foi construída essa dívida, mas sei os números porque ainda hoje vivemos com eles. Temos uma dívida bastante elevada, mas é uma dívida que não foi criada com dividendos extraordinários aos acionistas.

Na génese da empresa está a aquisição da empresa Transgás, que obrigou a um grande endividamento; depois, de facto, nos anos pré-privatização, houve também um pagamento de dividendos grande ao Estado português, e a empresa foi criada com cerca 2,6 ou 2,7 bilhões de euros de dívida.

Faz parte do contrato de concessão haver uma correlação entre a remuneração da REN e o próprio valor dos juros que o Estado paga para se endividar e, portanto, o que tem acontecido nos últimos anos é que, como esses juros têm baixado, a nossa remuneração tem baixado, e mais uma vez estamos dentro daquilo que são as bandas mais baixas de remuneração de ativos deste tipo de toda a Europa.

É uma empresa que, apesar disso tudo, consegue — e acho que isto é muito graças à qualidade dos investidores — manter de uma forma muito digna a sua dotação de grau de investimento, que é muito bom, e é o que nos permite continuar a pagar juros baixos e, de certa maneira, permite também à ERSE ser mais dura connosco, digamos, em matéria de remuneração.

Depois, é uma rede que é madura mas não deixa de ser bastante moderna em algumas das suas áreas, e há uma preocupação, que não é só da ERSE mas também da Secretaria de Estado de Energia, da Direção-Geral de Energia, de tentar os investimentos ao nível mínimo necessário. É isso que tem sido feito nos últimos anos. Inclusive, de há três anos para cá, decidimos mudar a forma como apresentamos os nossos planos plurianuais e dividimos os planos. Aliás, já tive a oportunidade de vir ao Parlamento falar sobre isso.

Agora, dividimos os planos da área que consideramos de base e essencial e da área de projetos que têm a ver com os pedidos que vêm da própria política energética. A Direção-Geral de Energia é que nos indica o caminho e nós quantificamos: para fazer os trabalhos que se pretendem, temos um  $x$ , e para fazer os trabalhos de manutenção da própria rede, temos um  $y$ .

Portanto, o volume de investimento tem baixado bastante nos últimos anos. Posso dizer que já vivemos anos, esquecendo os anos em que foi feito o terminal de Sines, em que, de facto, houve investimentos muito grandes, portanto, depois dessa época de grandes investimentos, em que passámos de um CAPEX (*capital expenditure*) de investimento da ordem dos 200 milhões de euros/ano para, neste momento, nos encontramos praticamente em metade, e vamo-nos ajustando em função daquilo que são as necessidades do País.

Mais uma vez, a REN não tem um objetivo comercial. A REN tem um objetivo de qualidade de serviço, que é crítico para manter o contrato de concessão, e temo-lo feito, e acho que a ERSE, de certa maneira, tem de cumprir o seu papel — e acho que o cumpre —, tentando maximizar aquilo que se consegue da própria infraestrutura da rede que temos, e, como tem um conhecimento profundo do que nós fazemos, é soberana nas suas decisões, ou seja, não se negociam as decisões da ERSE, cumprem-se.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Gostaria que precisasse qual foi a diminuição da remuneração dos ativos da REN nos últimos três anos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Para não falhar muito o número, a remuneração talvez tenha baixado 1%.

Só para ter uma ideia, estamos a falar de remunerações de bandas entre os 5 e os 6,2 ou 6,3%. Portanto, estamos a falar de uma baixa de 1%, de 6,3 ou de 6,4 para 5,3 ou 5,4%. Estamos a falar dessas bandas de remuneração.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — É possível quantificar financeiramente esse valor?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Dar-lhe-ei o número *a posteriori*.

O nosso EBITDA é à volta de 500 milhões de euros e poderemos estar a falar de uma queda de 30 ou 40 milhões de euros. Mas, depois, posso precisar e dar-lhe o número exato. Até o posso dar anualizado, se quiser. As nossas contas são públicas e, portanto, isso faz parte.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda sobre a gestão dos planos de investimento, uma pergunta que gostaria de fazer é sobre se o seu debate ser realizado na Assembleia da República aumenta a transparência dos mesmos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Essa parte já a vivi eu. Tive oportunidade de a discutir.

Acho que é sempre bom haver transparência. É sempre uma coisa muito boa e, às vezes, as pessoas, em relação à REN, esquecem-se que damos muita informação no nosso *site* sobre o dia a dia da empresa, sobre os projetos que fazemos.

Há um escrutínio, que não podia ser maior, a nível dos planos de investimento, que são publicados, há consultas públicas.

Portanto, já havia uma grande quantidade de informação, mas vir ao Parlamento falar sobre aquilo que fazemos — como disse na altura e continuo a dizer —, para mim, não é uma dor de cabeça mas algo positivo. Há alguns temas que, de facto — e alertei o próprio Governo para isso —, devem ser confidenciais, mas têm a ver com a segurança nacional e não com aquilo que vimos à Assembleia discutir. Assim, acho que é positivo, acho que é interessante.

Se aumenta ou não o escrutínio, diria que não aumenta o escrutínio, na medida em que vimos falar sobre coisas que já são bastante públicas. A empresa já é muito escrutinada mas acho que foi bom.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação à tarifa social, que neste momento tem os seus automatismos, pode explicar-nos como é que são os pagamentos da tarifa social por parte dos CAE, da REN Trading, nomeadamente quem paga à Turbogás e à Tejo Energia?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Confesso que vim sozinho, não trouxe comigo nenhum colega da área legal e não estava à espera dessa pergunta, que, de qualquer maneira, me obriga a ter algum cuidado com a resposta porque temos um processo, um litígio, precisamente por causa dos CAE, que está neste momento nos tribunais, porque isso interfere connosco só nessa zona.

Como sabe, temos dois CAE, que são os que sobreviveram da passagem para CMEC, e a REN — o Estado, digamos, porque a empresa era sua e, portanto, foi o Estado a decidir, dentro da sua esfera de direito perfeitamente normal — decidiu que ia ser criada uma empresa chamada

REN Trading, que gere dois CAE, com a Tejo Energia e Turbogás. Neste momento, estamos à espera de uma clarificação.

Só para ser claro: é uma empresa que existe na REN com um estatuto especial, acompanhada pela ERSE. Não existe por vontade da REN, não é sequer uma solução de que a REN goste, mas tem-na e assume a responsabilidade porque o Estado assim o determinou.

Mas temos ali uma situação legal complexa neste momento e eu não me posso alongar muito e falar sobre esse tema porque estamos à espera de clarificação do próprio Estado em relação a essas matérias.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Compreendendo a resposta. Passo a um tema que tem a ver com a privatização da REN.

A REN foi privatizada em 2012 mas, mesmo assim, até 2014 manteve, através da Parpública e da Caixa Geral de Depósitos, uma participação pública de 11%, a qual acabou depois de 2014.

Há pouco colocou aqui a questão de haver matérias na REN que eram questões de soberania. Pergunto-lhe se, para a REN, a questão de o Centro de Despacho ser completamente privado não é uma questão de soberania que está em causa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, de maneira nenhuma. Acho que esse é um tema que, quando se compreende como funciona uma empresa do nosso tipo, se esclarece facilmente.

Primeiro, se fosse assim, nada que fosse crítico, nenhuma empresa que tivesse importância para o Estado poderia ser privada. Portanto, estamos a partir do princípio de que todos compreendem isso.

O que é que é a REN? A REN é um conjunto de infraestruturas no gás e na eletricidade.

No gás, temos o Terminal de Sines, onde fazemos operações portuárias de gás natural, ou de transbordo ou de armazenamento, nos depósitos; temos os depósitos; temos uma infraestrutura de 1350 km de gasodutos de alta pressão; temos as reservas estratégicas de gás no Carriço.

Depois, na eletricidade, temos 8500 km de rede de linhas de muito alta tensão e de alta tensão, suportadas por torres; temos 65 subestações, com imenso equipamento, que são os transformadores e outras coisas de que todos nós já ouvimos falar, em algum momento, e, portanto, é uma infraestrutura muito complexa.

Onde é que se gere esta infraestrutura? Esta infraestrutura gere-se no despacho, portanto, naquilo que, normalmente, nós apelidamos de despacho. É um nome técnico para dizer que temos um despacho de eletricidade, temos um despacho de gás, depois temos um *backup* do despacho de eletricidade e temos um *backup* do despacho de gás.

E, aí, nesses centros, temos um grupo de engenheiros que, dia e noite, o que fazem é a monitorização, muito atenta, de todos os fluxos de energia que passam nas duas infraestruturas. Falei nos incêndios há pouco: somos nós que, no caso de um acidente ou de uma ameaça de um acidente, como quando houve os ciclones, aqui há uns três meses atrás, em que caíram 11 torres, e nós sabemos como é que havemos de passar a eletricidade por outras zonas do País. Trata-se de uma rede muito segura, muito eficaz, e um dos trabalhos do despacho é esse.

Depois, há outros trabalhos que, no fundo, têm a ver com o estabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a procura de energia em cada segundo que passa, fazendo um trabalho, primeiro de previsão, depois, fazendo um trabalho de gestão ao vivo, a cada segundo. Essas são as duas grandes formas de explicar, de forma muito simples, o que é um despacho.

Como disse há pouco, a REN não compra, nem vende energia, estamos isentos de ter interesses, seja de que tipo for, no sentido de privilegiar uma

fonte de energia ou outra fonte de energia, porque existem regras. Essas regras são definidas, digamos, pelo Estado, não somos nós que as definimos. Existe um mercado, que até é um mercado ibérico de energia, onde são definidas as compras e as vendas de energia num sistema, perfeitamente isento, muito sofisticado, de leilões, e, portanto, o que a REN faz no seu despacho é dar cumprimento a esse tipo... Há um trabalho técnico como expliquei e há um trabalho que tem mais a ver com os custos de energia, que tem a ver com o mercado, que é também predefinido para a REN. Não é a REN que toma essas decisões, não pode.

Depois, há decisões, como é óbvio, de emergência, em que existem os protocolos, todos muito bem afinados, de segurança com o Estado português, com a Direção-Geral de Energia e com a sua tutela, em relação à possibilidade de, eventualmente, haver um dia alguma situação mais dramática que possa vir a acontecer. Temos, digamos, protocolos para todas essas situações.

Portanto, não é possível gerir uma infraestrutura sem ter um despacho. Por muito que uma pessoa pensasse: «Não, vou tirar o despacho da REN e vou criar uma empresa ao lado, autónoma, de capital estatal, só com técnicos.» Então, e onde é que eu faço a gestão da minha rede? Eu tenho de ter aquelas pessoas, eu tenho de ter aqueles *backups*, eu tenho de ter capacidade de gerir aquilo que é a minha concessão.

Portanto, ou há uma decisão do Estado português que diz «não, não confiamos este serviço a ninguém, queremos este serviço na mão do Estado» e, então, o Estado nacionaliza a empresa toda — é sempre uma prerrogativa que os estados têm e que tem de ser respeitada, esteja-se ou não se esteja de acordo, seja oportuno ou não oportuno, faça ou não sentido — e toma essa decisão.

Agora, se não, o que vai acontecer? Vai criar-se um despacho paralelo a este despacho? Ou vamos duplicar os custos — porque o despacho existe

como parte integrante, *core* da concessão, aquele serviço tem de lá estar. A empresa é um carro e o carro precisa de ter um volante e o volante tem de estar dentro do carro. Mesmo que, amanhã, com carros autónomos, alguém tem de fazer virar as rodas para a direita e para a esquerda. Deixa de ser uma pessoa, passa a ser uma máquina, mas alguém tem de o fazer.

Portanto, não sei como é possível, de facto, estar a fazer de uma forma... Acho que neste tema é preciso ser pragmático: estamos a resolver que problema? Quem é que se queixa? Onde é que a empresa faz um mau serviço? Onde é que a soberania nacional está em causa? Há confiança ou não há confiança na solução que se arranjou?

Creio que temos dado mais do que provas de que fazemos um ótimo serviço. Aliás, estendo esta apreciação a todas as empresas críticas do nosso setor. Em todos os setores, acho que há essa responsabilidade. A área da energia é uma área onde, digamos, não me parece que haja nenhum problema.

No que respeita à REN, temos esta situação e não me parece que seria minimamente acertado estar, agora, a criar um segundo despacho: iria criar duplicação de funções, iria criar indefinição de autoridade. O sistema foi desenhado, assim, desde o início. A opção do Estado português foi ter este modelo de concessão com a REN. Há outros modelos diferentes, que exigem conceções de redes completamente diferentes que não a nossa, e, portanto, acho que não fazem nenhum sentido.

Isto, para não me repetir, em relação àquilo que disse no início, sobre o papel da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), o papel da DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), o papel da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), o papel do mercado ibérico de energia, o papel do próprio Estado e o papel das organizações europeias — não podemos esquecer que somos muito influenciados pelos reguladores pan-europeus e

somos muito influenciados, também, pela própria Direção-Geral de Energia europeia.

Portanto, não há, de certeza absoluta, nenhum setor que seja tão supervisionado como o nosso, em que não há limites para o acompanhamento que o Estado possa querer de nós: monitoriza o que fazemos, aprova o que fazemos, audita o que fazemos, aprova o que fazemos, audita o que fazemos, sanciona o que fazemos.

Acho que, como cidadão, estou... Desde que conheço a empresa mudei de perceções, claro que sim! Quando estava de fora, tinha dúvidas. Hoje, confesso que não tenho e acho que sou capaz de as explicar bem e acho que faz sentido aquilo que estou a dizer.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A atividade da REN constitui um claro monopólio natural, correto?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Portugal é um País pequeno e, com a dimensão que tem, não estou a ver que um transmissor de energia pudesse estar a dividir o território em mais partes. Com toda a franqueza, nós somos demasiadamente pequenos. O ser monopólio natural é a natureza da concessão. Com uma grande vantagem, que é o facto de não ser a empresa que formula os preços e alguns dos senhores percebem isso tão bem como eu, de certeza. Portanto, não há qualquer risco aqui.

Há um contrato de concessão base em que a única coisa que se tem de respeitar é o equilíbrio económico e financeiro e o cumprimento técnico desse contrato. O preço, inclusive o valor, é definido e revisto de três em três anos.

O facto de a infraestrutura ser crítica, acho que está mais do que claro que é um trabalho... Vamos lá ver: há muitos exemplos, de vários tipos, de

países em que estes trabalhos são feitos por entidades públicas e outros por entidades privadas.

Nos Estados Unidos não existe um transmissor que seja, digamos, do Estado. Os transmissores de energia dos vários estados são sempre privados. Algumas vezes têm capital misto, outras não tem capital misto, até nos Estados Unidos. A grande, grande maioria são empresas privadas. Na Europa há exemplos de tudo.

Há uma coisa muito importante. São decisões que são um bocado irreversíveis, a não ser que haja incumprimento. E, se houvesse incumprimento, que não conheço nenhum caso, o Estado pode concluir de maneira diferente.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Não é conhecido incumprimento, mas o Partido Socialista considera que a forma como foi colocada a privatização da REN foi um manifesto erro.

Ainda em relação à privatização e a todo este processo da REN, e já que deu o exemplo americano, digamos assim, gostava de saber que exemplos é que temos, na Europa, de centrais de despacho que sejam propriedade totalmente privada.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Dou-lhe o caso de Inglaterra, por exemplo, e da National Grid. São atividades separadas, com complexidade e, porque a National Grid tem conflitos de interesses — a National Grid gere algumas linhas que são *merchant lines* de compra e venda de energia ao estrangeiro —, o despacho foi constituído numa empresa mais autónoma. Continua a ser da National Grid, mas é uma empresa autónoma. Mas, mais uma vez, estamos a falar de empresas que são muitíssimo maiores do que a nossa.

Depois, temos vários casos, como em Espanha, em que o Estado, quando fez a privatização da empresa, decidiu não vender 20%: o caso da

Enagás (Empresa Nacional del Gas), em que as empresas são todas privadas, mas o Estado ficou com uma percentagem em algumas.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, na maioria dos estados europeus, o Estado continua a ter uma participação...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Continua a ter uma participação em várias empresas. Eu diria, para dar um número, que talvez haja mais empresas, mais exemplos em que o Estado mantém alguma presença no capital do que não tenha nenhuma. Mas, atenção, peço licença para voltar a insistir: não é por isso que essas empresas fazem melhor ou pior trabalho do que aquelas que são totalmente privatizadas. Posso-lhe dar o caso, mais uma vez da REN, que é uma das três melhores empresas em todos os rácios em termos de disponibilidade de serviço e de custos.

Como sabem, a REN nunca teve de fazer nenhum *lay-off*, tem uma política de recursos humanos que acho que é uma boa política de recursos humanos, que continua a atrair... Só temos pessoas portuguesas, de facto, não temos praticamente nenhum empregado estrangeiro, mas continuamos a ser um grande empregador e continuamos a cumprir na íntegra...

Eu sei que referiu, digamos, o facto de o PS considerar que o Estado, eventualmente, não deveria ter saído do capital da REN. Quer dizer, nem sequer discuto...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não se quer lembrar do capital da REN?!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Já falámos sobre isso há bocado.

Em relação a esse desejo ou não desejo, o que lhes posso dizer é que não existe nenhuma atividade que seja tão supervisionada, tão regulada como

a nossa, e com a particularidade de não termos qualquer interesse económico e financeiro em relação à formulação de preços ou à criação de margens, digamos, no setor energético português. Acho que isso é uma grande defesa e faz com que esta tarefa possa ser realizada com esta isenção.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Há pouco falou dos recursos humanos e gostaria de finalizar a primeira ronda com uma questão relativamente ao Eng.º João Conceição, administrador da REN. Trata-se de uma personalidade muitas vezes referida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pela sua passagem, em vários momentos, pelo Estado, por vários governos e várias forças políticas, a cada momento, e que, agora, também está na REN.

Gostava de perguntar-lhe se sabe os motivos que levaram à contratação, na altura, do Eng.º João Conceição pela REN, que funções desempenha ele na REN e — para além de outras questões, como quem pagou ou não pagou o seu salário, que não lhe vou colocar — se, em todas estas passagens, em vários momentos, pelos poderes públicos, não acha que existe, no mínimo, algum conflito de interesses em todas estas matérias.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Como é óbvio, é uma questão importante, não é uma questão que não seja mais ou menos apropriado fazer, mas, em relação ao Eng.º Conceição, o que tenho a dizer é que se trata de um excecional técnico da nossa atividade.

Começando pelo fim, quanto ao papel que o João Conceição tem hoje na REN — e já o tem há sete anos —, ele é o responsável, digamos, da área.

Nós somos três pessoas na comissão executiva: há uma pessoa que trata, digamos, das finanças e de todos os serviços de suporte internos e de desenvolvimento de negócio e relação com investidores, que é o nosso CFO (*chief financial officer*), que é o Gonçalo Morais Soares; o Eng.º João

Conceição é a pessoa responsável por tudo o que é operações e da parte da regulação. Portanto, são as duas grandes áreas de atividade que o João Conceição gere, que nós, digamos, ele é o responsável operacional da empresa e depois eu sou o presidente executivo da empresa.

O João está connosco, se não estou em erro, há 9 anos. Portanto, é uma pessoa que tem uma formação em engenharia aeroespacial, é uma pessoa que tem uma grande dedicação ao seu trabalho; tem 9 anos a provar aquilo que poderia ter feito, e que fez, na empresa. Deu um grande contributo numa empresa que não tinha a eficiência que tem hoje; tinha equipas que fizeram, no fundo, a passagem de um mundo mais mecânico para digital, ao longo dos últimos 9, 10 anos; acho que tem cumprido esse trabalho muitíssimo bem, é uma pessoa internamente respeitada, é muito respeitada e tem a solidariedade do nosso Conselho de Administração, mesmo em relação a todas estas questões que têm sido levantadas.

O João Conceição tem um percurso que acho que não é nada, nada diferente do percurso de muitas pessoas que trabalham neste País na área da energia, em cargos importantes: trabalhava como consultor, começou na área financeira — se não estou em erro, foi na JP Morgan —; depois trabalhou na BCG, que é uma grande consultora, que todos conhecemos, e não me pergunte muitos detalhes, porque não sei... Os detalhes que eu sei é de conversas ligeiras sobre esta matéria. Mas é uma pessoa que trabalhava como consultor. À época devia ter 30 anos — se os tivesse, porque o João é uma pessoa bastante mais nova do que eu —, foi contratado para fazer um trabalho via BCG, portanto, num projeto em que, de facto, assessorou o Ministério da Economia, e depois veio a ser convidado.

E tanto quanto sei — e não tenho absolutamente razão nenhuma para duvidar disso —, foi naquela fase em que a empresa... Foi o início da privatização, o João é convidado por um acionista nosso — que hoje já não

é nosso acionista, por acaso —, para ir trabalhar para a REN, numa comissão executiva, que era bastante maior do que aquilo que é hoje.

Nós somos três, na altura, creio eu, eram sete ou oito pessoas. E, portanto, eu conheço o João Conceição desde há quatro anos para cá, é meu colega do Conselho de Administração e meu colega da Comissão Executiva. Mais uma vez, acho que é uma pessoa muito respeitada no setor, é um grande especialista do setor, estamos muito contentes com o trabalho que ele faz, estes temas que se passam dizem respeito a um período em que ele não estava com a REN. E eu só posso falar, em particular, dos anos em que tinha trabalhado com ele, de todo o seu compromisso para com a empresa...

É óbvio que tudo isto, como imaginam, são temas que afetam as pessoas. Ninguém gosta de passar por isto, mas, de qualquer maneira, a única coisa que lhe posso dizer, como colega dele, é que, como peça fundamental da nossa equipa de gestão, faz o seu trabalho muitíssimo bem feito e acredito que o João Conceição é uma pessoa que pode dar sempre um contributo muito grande, em qualquer matéria que tenha que ver com energia, porque ele sabe profundamente deste setor.

Ele é ainda uma pessoa — tiveram, inclusive, oportunidade de o ter aqui entre vocês e sabem-no — bastante jovem, estamos a falar de coisas e formas de trabalho que se passaram já há muitos anos, quando ainda era mais jovem, e estava muito no início da sua carreira. E a única coisa que lhe posso dizer é que o contributo que ele tem dado para a empresa é muito grande, desde o seu início de trabalho. E é uma pessoa muito, muito, muito válida e importante para nós.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, queria que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados não ouvissem as minhas próximas palavras como sendo uma crítica, mas mais como um apelo.

Estamos numa Comissão de Inquérito que tem um objeto específico e eu percebo o interesse nas pessoas que nós inquirimos, no *know-how* que trazem, que estimula muito a procura de conhecimentos por cada um de nós.

Mas acho que era muito importante para todos que as audições, sobretudo nesta fase já mais final — onde já muito conhecimento foi adquirido, já muita coisa foi perguntada —, incidissem o máximo possível naquilo que é o objeto da Comissão de Inquérito.

Há, de facto, matérias laterais que são muito interessantes e em que muitas das pessoas que são inquiridas nesta Comissão trazem a sua visão, mas acho que tínhamos todos a ganhar se nos cingíssemos, focássemos, mesmo, naquilo que é o objeto da Comissão de Inquérito, a bem de todos. É que, senão, enriquecemos todos muito os conhecimentos, mas começamos a passar um bocado ao lado daquilo que é o objeto central desta Comissão de Inquérito.

Por isso, como disse, não vejam isto como uma crítica, mas mais como um apelo do Presidente da Comissão, para que o trabalho ganhe, de facto, em eficácia, porque acho que é isso que nos move a todos.

Sr. Deputado Jorge Costa, tem a palavra, por 8 minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, vou seguir o seu conselho e o seu apelo. Não é que o Bloco de Esquerda não se interesse pelas questões do transporte de energia — aliás, já aqui, recentemente, apresentámos o projeto da recuperação do controlo público do despacho —, mas isso não é a nossa matéria de hoje e, portanto, não vou entrar nesse debate.

Cada partido assumiu as suas posições nessa altura e cá estaremos para voltar ao assunto, se for caso disso.

Vou concentrar-me no tema da nossa Comissão — rendas excessivas dos produtores de energia, que não é o caso da REN — e em decisões políticas, a maior parte das quais foram tomadas quando o nosso convidado

de hoje não tinha qualquer responsabilidade no setor elétrico nem nenhuma responsabilidade na REN. Portanto, isto coloca-nos aqui um certo embaraço, quase, mas há perguntas que acho que são pertinentes para o atual Presidente da REN.

Antes de mais, há uma pergunta que é suscitada pela sua própria intervenção aqui, hoje, na Comissão, quando nos disse que, apesar de não terem sido feitos os testes de disponibilidade às centrais com CMEC, nos anos anteriores a 2014, não houve «malandrice» — julgo que foi a expressão que utilizou nessa altura. Gostava que nos desse a razão técnica que explica essa certeza de que não houve «malandrice». É que, não tendo havido testes, como é que se pode dar essa segurança toda?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mede-se a disponibilidade, faz-se um gráfico, compara-se mês a mês e percebe-se que não houve nenhum desvio de padrão. E quando estamos a olhar para uma série que tem 10, 15 anos, conseguimos perceber, de facto... «Malandrice» é uma frescura da minha parte, mas não tenho capacidade para a descrever tecnicamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas essa medida da disponibilidade, quem é que a faz?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Somos nós que a fazemos, é o sistema.

O sistema faz, regista tudo. Estamos a falar, digamos, ainda há pouco, voltando ao Valorágua...

O Valorágua é um *software* que é utilizado em duas fases, na fase de planeamento e na fase de auditoria. E, portanto, todos estes... Nós temos o registo total de todas as métricas que possam imaginar em relação ao tecido produtivo, às barragens, à quantidade de água que entra e que sai. E são esses elementos que nos ajudam. Portanto, nós somos uma fábrica de estatísticas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, mas essa estatística baseia-se em fornecimento de dados, neste caso, dados fornecidos pelo próprio produtor, que declara a sua disponibilidade, não é assim?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não.

Não, não. Os dados são dados... Nós temos capacidade de modelagem de previsão... Nós sabemos o que é que as entidades têm de fazer, têm de produzir e, se houver desvio, nós damos por ela e temos de assinalar esses desvios.

Quando estamos a dizer que há um grande controlo em relação àquilo que é feito, temos os dados. E não temos os dados porque alguém nos telefona, ou manda uma folha *Excel*; temos os dados porque há sensores, há equipamentos, há máquinas que comunicam com máquinas, portanto, não há aqui possibilidade... A não ser que houvesse má-fé — e os resultados atestam que não há mesmo má-fé e que as coisas continuam a funcionar bem —, porque se eles tivessem feito algum... Se alguém tivesse feito uma alteração ao funcionamento normal, essa alteração refletia-se nos tais dados que vêm dos sensores e a estatística não vinha com os números que eu lhe posso dizer que vem, e que estão perfeitamente dentro dos padrões normais.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, o que nos está a dizer é que os testes de disponibilidade são supérfluos?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não, não! Aliás, já disse que não eram, e volto a dizer que não.

Digamos, os testes são...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas se a qualidade da sua certeza é a mesma com testes ou sem testes...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, ouça...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É uma dúvida genuína, não estou a querer...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não. E se estiver, também não há problema.

Aqui a questão é a seguinte: o que estou a dizer é que os testes são importantes, são muito importantes.

Não há qualquer dúvida, não tenho qualquer dúvida de que são muito importantes. É importante termos uma ferramenta para aferir se as coisas... Até porque as remunerações estão ligadas a esses próprios testes, portanto, é obrigatório fazê-los. Não foram feitos pela razão que dei: houve uma alteração legislativa, não foi clarificada, nós não podemos entrar pelas casas das pessoas sem termos autorização para o fazer — acho que é também perfeitamente aceitável.

Mas é óbvio que não podemos... Há determinadas coisas que não podem só ser autorreguladas. Não é dizer: «o senhor tem de cumprir». O senhor tem de cumprir, mas eu lá... É proibido andar a mais de 120 km/h nas autoestradas, mas as pessoas andam. E, para evitar isso, ou para tentar dissuadir esses comportamentos, existem polícias, radares e multas.

Portanto, acho que neste sistema, também, é muito importante que haja um sistema de testes cíclico. Pode acontecer uma anomalia? Pode. Mas temos maneiras de verificar. Os testes ajudam a criar um determinado tipo de comportamento e determinado tipo de vigilância e, depois, os resultados falam por si. Portanto, as duas coisas são críticas.

Ter bons números e bons processos acho que casa muito bem.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nas nossas audições, aqui, com as pessoas da REN que já por cá passaram, e foram algumas... Aliás, é da própria boca delas que surge este argumento, que agora vou dar: a REN funcionava como representante do concedente, ao longo do período em que era entidade pública e em que, enquanto entidade pública, negociou, com a EDP já privatizada, uma série de legislação, uma série de definições que eram preparadas no processo legislativo, inclusive matéria contratual, no quadro do Decreto-Lei n.º 240, na questão da extensão do domínio hídrico e noutras.

Portanto, a REN era uma espécie de departamento do Estado que, mais do que zelar por interesses próprios da empresa, zelava pelo interesse público, dentro das funções estratégicas que tinha atribuídas.

Foi da REN que surgiram vários dos principais alertas, em primeiro lugar, ainda antes da ERSE, sobre matéria da legislação de 2004.

Os primeiros comentários da REN já diziam que o prémio de risco pago à EDP no regime CMEC era injustificável; alertaram para o risco de a nova legislação permitir a exploração do domínio hídrico, sem concurso, por um período adicional, a favor da EDP; alertaram para imprecisões na definição do valor residual e para o risco de não ser definida qualquer metodologia para a definição das taxas de atualização a utilizar, o que veio, depois, a dar a polémica toda que aqui temos, abundantemente, tratado; e a REN foi também a primeira entidade a alertar para o erro que seria a queda do mecanismo de verificação de disponibilidade, logo em Fevereiro de 2004.

Bem, entretanto, a REN já tinha passado pelo *unbundling*, era uma entidade pública, depois foi privatizada e, agora, está na fase de *bundling*, isto é, em que partilha o acionista último com o principal incumbente, que é a EDP. Portanto, o acionista principal da REN e o acionista principal da EDP são, em última análise, o Estado chinês, e a pergunta que lhe faço é muito

clara: se fosse hoje, acha que a REN faria os mesmos alertas que fez naquela altura?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sem qualquer dúvida.

Mas nem há qualquer hesitação. É que, quando diz que a REN, de facto, faz aqui um papel quase de Estado, é esse o papel que nos é atribuído pela própria concessão, são essas as razões pelas quais existe *unbundling* e, portanto, com toda a franqueza, nem podia ser feito de outra maneira. E tenho a certeza absoluta de que, no dia em que a empresa prevaricar nessas matérias, fica sem o contrato de concessão, ponto final.

É que isto da eletricidade e do gás não é como outros setores de atividade, em que uma pessoa pode ser mais condescendente, pode esperar... Isto não são transportes públicos,... Não há alternativa àquilo que nós fazemos. E, portanto, este tema, de facto, é um tema muitíssimo sério e eu, com franqueza, sinto-me como representante do Estado em muito daquilo que fazemos. É essa a natureza da nossa concessão. Portanto, para mim, esse tema não tem qualquer... E já tivemos oportunidade, inclusive, de falar sobre isto, sabe qual é a minha convicção, a minha opinião, e sou ator deste nível de responsabilização.

Deixe-me dizer-lhe que os acionistas representados no meu Conselho de Administração não têm qualquer dúvida nesta matéria. No nosso Conselho de Administração, nas nossas reuniões, não há qualquer dúvida sobre como funcionamos e quais são as nossas prioridades. Na nossa empresa vem primeiro o serviço e a segurança e depois vem tudo o resto, portanto, não há qualquer dúvida.

Em relação ao tema dos acionistas e à nossa acionista State Grid digo-lhe que pertence a uma *holding* que é do Estado chinês e que funciona como uma espécie de um instituto de participações do Estado. É a realidade, é assumido, já era assim. Em 2014, a ERSE reconheceu como era e reconheceu

que havia outro acionista na empresa EDP, a CTG, que também pertence à SASAC (State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council), que é essa tal *holding* e que, muito embora essa situação acontecesse, nos atribuía a certificação. E porquê? Porque considera que há total independência em matéria de gestores, portanto, não há pessoas comuns, não há nenhuma evidência que as instruções venham de um lado ou do outro em função de uma estratégia qualquer e, principalmente, porque também são claros, quer dizer, não há qualquer controlo na empresa.

Como sabe, a REN tem dois limites de controlo de ações que são os 25%. A lei de bases de setores impede que qualquer entidade, exceto o Estado, possa ter mais do que 25%, é muito clara nessa matéria, os nossos estatutos também têm exatamente a mesma restrição, e a State Grid é um acionista que sabe e conhece bem essa restrição. Agora, estar a dizer como é que deve ser feita a interpretação da ERSE ou da Comissão Europeia, permita-me que lhe diga que não sou eu que tenho de ter opiniões nessa matéria. Há regras e são eles que têm de fazer essa apreciação, confesso que nem sequer sei em que fase é que está todo esse processo para saber se falta alguma decisão, se vai haver alguma decisão, não tenho informação sobre isso.

Mais uma vez, o que lhe posso dizer é que, de facto, aquilo que a REN fez no passado, o que referi sobre os testes de disponibilidade, aquilo que eu disse em relação à forma como as nossas pessoas dão as suas opiniões. Ao longo do tempo, como é óbvio, as opiniões vão se modificando, mas há uma base que não muda, que é esta responsabilidade. Nós quando estamos a trabalhar...

Primeiro, é preciso perceber que nós somos um órgão técnico e, de certa maneira, respondemos a uma consulta ou correspondemos a obrigações que temos no contrato de concessão, portanto nós damos informação. Há aqui uma coisa que é sagrada: quem toma as decisões é o concedente ou é o

concedente, digamos, na sua personalidade, Direção-Geral de Energia ou mesmo Secretaria de Estado, ou é o concedente de uma forma também muito direta, que é a ERSE, que toma as decisões.

Portanto, não somos nós que dizemos se tem de haver isto ou se tem de haver aquilo, nós damos a nossa opinião e damos a nossa opinião em defesa da nossa missão, que é salvaguardar o sistema de transmissão de energia ou as reservas estratégicas. E nós somos um osso muito, muito duro de roer em matéria técnica, porque os nossos homens e mulheres têm uma grande convicção à volta daquilo que fazem, acho que têm uma qualidade técnica comparável à dos melhores do mundo e não interessa se são privados, se não são privados, se têm participação do Estado ou não têm, porque isso não é relevante para o nosso trabalho.

Isto porque o nosso trabalho tem de ser feito. A REN vai sempre existir, de uma maneira ou de outra. Quando, há bocado, eu falava nas dificuldades financeiras que a REN tinha em 2011, que se financiava praticamente a 60, 90 dias e a dívida era aquela que nós temos hoje, porque nós não ganhamos suficiente, nem para pagar dividendos extra, nem para amortizar dívidas antes do tempo, não dá para isso, o que demonstra que a nossa remuneração, é uma remuneração que eu diria que permite fazer bom trabalho, permite fazer *investment grade* mas não permite fazer mais nada.

Nós para comprarmos uma empresa, para investirmos em Portugal para comprar a Portgás — e achamos que foi bom a Portgás ter ficado connosco porque estamos a fazer ótimo trabalho com a empresa — tivemos de fazer um aumento de capital. Tivemos de pedir dinheiro extra aos nossos acionistas para podermos investir. Acho que eles fizeram muito bem e tenho uma grande responsabilidade nisso com a minha equipa porque acreditámos que valia a pena fazer e fizemo-lo, mas, atenção, é uma empresa que mesmo em matéria de rendibilidade não é como outros congéneres que fazem muito melhor do que nós, não dá para isso.

Portanto, defendemos os interesses de todos nós e a prová-lo estão décadas de bom serviço e uma reputação excepcional, que se estraga de um dia para o outro, também, mas nós temos de ter coragem de continuar a querer sempre fazer bem o nosso trabalho.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Como é que vê aquela declaração que fecha a decisão da Comissão Europeia de arquivamento sobre a metodologia de cálculo da avaliação da extensão do domínio hídrico em que a Comissária Vestager, que é, salvo erro, quem assina essa decisão, diz que a avaliação da REN sobre a extensão do domínio hídrico não pode ser utilizada pelas autoridades portuguesas devido à falta de independência da REN. Como é que avalia isto? Em função de tudo o que acabou de dizer...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O que está a dizer por acaso é interessante, porque eu acho que a Comissária diz isso porque a REN estava ali como agente do Estado e, portanto, como agente do Estado não podia ser independente. Era o vendedor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, concorda?!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Concordo com o quê?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que a REN não tinha condições para fazer aquela avaliação.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — De maneira nenhuma! Eu acho que nós tínhamos condições para fazer a avaliação, demos uma avaliação, agora, se me pergunta se estou ou não de acordo com a avaliação, essa é outra questão e aí remeto para aquilo que já disse aqui há pouco de que é muito fácil

olharmos pelo retrovisor e estarmos a falar de coisas que se passaram há 10 anos, porque há 10 anos nós não víamos o futuro.

Portanto, eu confesso que não sou economista, nem engenheiro, nem arquiteto, já sabem, pelo que não vou estar agora a alongar-me muito sobre considerações, sobre valor atual; não vou estar aqui a falar se deveria ter sido considerada uma taxa de inflação maior ou menor; não sei se deveria ter sido considerado que um equipamento que se julgava que ia viver 20 anos afinal vive 25 e se o megawatt-hora custaria a produzir 50 € ou se viria a custar 25 € ou 75 €, não sei. Não sou capaz, não tenho capacidade de voltar atrás 10 anos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas a pergunta era antes disso.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Agora, capacidade para dar a opinião que nós demos, com certeza que a tínhamos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E independência para a dar?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Com certeza que tínhamos! Não tenho qualquer dúvida! Agora pode estar bem feita ou mal feita. Uns dirão que está bem, outros dirão que está mal.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não lhe estava a pedir a avaliação técnica da avaliação da REN, estava a pedir-lhe se concordava com a comissão europeia de que a REN não tinha independência para fazer aquela avaliação, para ser ela a consultada.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Porque ela acha que a REN era uma empresa do Estado português e na altura em que essas afirmações são feitas havia

sempre uma suspeita natural de que quem quisesse vender não deveria estar envolvido e quem quisesse comprar também não. Portanto, esse é um dado do mundo capitalista perfeitamente normal que existe, que é: quem vende quer vender o melhor possível e quem compra quer comprar o melhor possível e, portanto, é a lei das relações económicas, não há nada a fazer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas pensa que a avaliação da REN pode ter sido feita não por critérios estritamente técnicos mas por critérios de conveniência da venda do Estado?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O que lhe posso dizer é que aos nossos técnicos ninguém os manda pensar de uma determinada maneira ou de outra. Os nossos técnicos fazem os seus trabalhos, utilizando a sua competência técnica e não tenho qualquer dúvida de que o fazem com a melhor das éticas, com a capacidade que têm e com toda a sua independência.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, esta suspeita da Comissão Europeia sobre a REN ser pública seria infundada.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A única coisa que lhe posso dizer — e acho que a grande maioria das pessoas dessa época são pessoas que ainda trabalham na REN — é que não tenho qualquer razão para pensar de outra maneira.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quanto à remuneração dos terrenos da REN, hoje a REN é remunerada pela posse dos terrenos no domínio público hídrico e das barragens, mesmo as que não são de domínio público, em função da avaliação do seu desempenho, pelo que lhe pergunto qual é a remuneração da REN pela posse destes terrenos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — É tão pequena que nem lhe sei dizer quanto é. É insignificante! É mesmo insignificante, nem a tenho de cabeça, porque eu sou uma pessoa dos números, não sou uma pessoa, como já se viu, dos contratos com todos os detalhes, porque não sou, mas, em relação a isso, posso dizer-lhe que a remuneração do domínio hídrico que nós temos é relevante.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então estes ativos continuam a contribuir para que a empresa apresente uma rentabilidade mais baixa do que aquela que poderia apresentar se não tivesse...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não percebi.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, a continuidade destes terrenos no ativo da REN continuam a contribuir...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — É neutra.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É neutra.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Aliás, como a REN Trading, não tem qualquer influência positiva no nosso portfólio de atividade.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Terá uma rentabilidade de 5% ou 6%.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não, nem pouco mais ou menos, são praticamente centros de custo, não são...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A minha pergunta é a seguinte: se aqueles terrenos são públicos, ou seja, são propriedade do povo e se os estamos a pagar na fatura, se estamos a remunerar uma empresa privada...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Esqueça, porque não está a pagar quase nada. Então, a esse nível, precisa de uma lupa para ver o valor, mas uma lupa muito grande. É um tema que não é tema. Peço desculpa, estou a ser mal-educado consigo...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não, esteja à vontade, estamos aqui num registo informal, o que é muito bom.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O que está aqui em causa, quer numa coisa, quer na outra, a história da REN Trading e o tema dos terrenos hídricos, estamos a falar de algo... É que nós somos uma empresa com uma grande herança em relação ao próprio Estado, em que o Estado tomou decisões autónomas quando era o dono, o acionista, o administrador, o executivo, eram eles e, portanto, tomavam decisões.

Por isso, quando me perguntam, às vezes, sobre o Estado numa empresa como a nossa que funciona tão bem, é óbvio que... Eu trabalho há muitos anos e nunca trabalhei para o Estado, não vivi essa experiência, mas quando as coisas estão muito bem, não gosto de as alterar, para ser franco.

Portanto, nesta matéria, essas decisões, por exemplo, nesses dois temas, não me pergunte por que é que foram tomadas assim porque eu não sei, eu não estava lá, não há memória. Era preciso ter sido ator para poder ter uma opinião e falar sobre isso. É assim, eu vivo com isso, é um problema que eu tenho e vivo com ele. Agora, estou em condições de lhe dizer que não é isso que está a sobrecarregar, de maneira nenhuma, a tarifa dos

consumidores, nem uma nem outra, nem os terrenos hídricos, nem o outro tema da REN Trading.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A segurança de abastecimento é a REN que faz os relatórios de segurança de abastecimento ou que contribui para eles de maneira muito importante.

Na análise de curto prazo para 2018 e 2019, um período em que a garantia de potência está suspensa e em que não houve, efetivamente, qualquer espécie de subsídio à garantia de potência, o relatório da REN é que não houve qualquer — tenho aqui o relatório, estou a citá-lo de cor — risco adicional, não houve qualquer ameaça à segurança do abastecimento e, portanto, estava tudo bem, mesmo nos cenários mais extremos e com eventos extraordinários, o sistema estava preparado para responder e sem a garantia de potência.

Considera que podemos viver sem este subsídio?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Olhe, esse é daqueles temas que nós, com aquilo que sabemos hoje, com tudo a correr bem, como corre hoje, e foi isso que nós dissemos quando fomos consultados sobre essa matéria. Portanto, estou bastante confiante, mais uma vez, nos nossos colegas que fizeram o relatório e que acompanham o relatório... Como sabem, o relatório sobre a segurança do sistema é dos trabalhos mais importantes que nós fazemos, pelo que nós acreditamos que estamos em boas condições e que estando tudo a correr normalmente, sem haver nenhum evento fora do controlo, não há riscos. Mas atenção que temos vivido momentos, e eu já tive oportunidade de falar com o Sr. Secretário de Estado da Energia sobre este tema, em que houve muito recentemente a apresentação de um novo plano de energia para os próximos anos, o plano 2020/2030. É um plano ambicioso, que vai no

caminho que o País precisa de continuar a fazer. Vai ter repercussões a muitos níveis que vamos ter de processar.

Temos já agendado o trabalho com a Direção-Geral de Energia para tentar perceber todo o detalhe do que se pretenda fazer para podermos realizar projeções e planos de acordo com essas questões.

Não lhe sei dizer, neste momento, se nesse novo plano poderá aparecer alguma coisa que nos leve a ter... Quando dizemos que vamos descontinuar a geração de carvão, temos de ter algumas atenções nomeadamente onde é que as grandes centrais estão ou o facto de que as renováveis têm muita intermitência.

Tudo isso são fatores que nos preocupam um bocado, mas iremos estudar e perceber à luz do que se sabe hoje e que está programado para fazer. Estamos muito confortáveis. E de certeza que, na interlocução com a Direção-Geral de Energia e com a Secretaria de Estado, seremos capazes de continuar a arranjar as soluções que são necessárias para que tudo funcione dentro da qualidade de funcionamento que temos tido sempre. Estamos muito confiantes nisso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito bem. No que respeita à garantia de potência, e tal como as coisas estão ou dentro do plano que hoje se conhece, ela é supérflua.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não é uma questão de ser supérflua. Uma coisa é dizer «supérfluo», peço desculpa por este preciosismo, outra coisa é dizermos que a podemos dispensar. Isto porque preferíamos tê-la. Ninguém tenha dúvida disso, porque era, digamos, um cinto de segurança um pouco mais forte.

Mas os meus colegas, que são os especialistas, dizem que não é por causa disso, mantendo-se as coisas como estão hoje, que vamos ter dificuldades.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, podemos passar sem a garantia de potência.

Em relação à interruptibilidade, a REN também tem a responsabilidade de acompanhar esse sistema e tem apresentado anualmente, como é da sua competência, o relatório sobre a evolução desses custos e aquilo que se verifica é que os custos, desde que o regime foi instalado em 2010 e até à data de hoje, nunca cessaram de aumentar e estão em máximos de cerca de 110 milhões por ano sensivelmente.

O ponto que gera alguma perplexidade nos consumidores é que foi sempre subindo, sempre que nunca foi usado. Da constatação do não recurso a este dispositivo, o que resultou foi o seu robustecimento e o seu reforço.

Pergunto qual é a racionalidade de reforçar sucessivamente, em níveis que são dispendiosos para o consumidor, em anos contínuos, este dispositivo quando ele, aparentemente, não tem utilidade prática, sendo que...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Vou terminar, Sr. Presidente. E com isto perdi-me...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Interruptibilidade, aumentos de custos com a interruptibilidade...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Bem, passou-me, mas não importa. A pergunta essencial é esta: que justificação...

Ah! Já sei onde queria ir! Portanto, temos a interruptibilidade como um aumento de custo, embora não seja necessária, pergunto-lhe se há alguma razão técnica para isto ou se há, nomeadamente, uma razão de subsídio à indústria, ou seja, de política industrial, feita através da fatura elétrica. Como vê essa opção?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ver a interruptibilidade como um subsídio à indústria é um raciocínio seu e de muitas outras pessoas. Não é só seu!

Há quem diga que é isso. Nós, felizmente, temos a vantagem de decidir com o Estado, mas é o Estado que decide e não nós. Mesmo nesta matéria, não é a REN que decide se, na interruptibilidade, o valor sobe ou desce.

Esse tema não é decisão nossa. Mas se me pergunta se há algum racional por trás para poderem tomar essa decisão ou não, digo que é a intermitência. À medida que apostamos mais em renováveis, acaba-se com mecanismos, por exemplo, como a garantia de potência, mas é preciso ter noção de que isto é um sistema que tem tudo de funcionar em conjunto.

Se você tem uma aposta... Há temas que me preocupam muito e neste tema deste plano energético sou o primeiro em estar de acordo de que é preciso descarbonizar a economia e garantir futuro para os nossos filhos e netos, sem dúvida nenhuma. Preocupa-me porque lá a casa é que é a responsável para que isto não falhe em nada.

Fico com algumas questões sobre as quais ainda não estou sossegado. Ainda na sexta-feira, tive oportunidade de discutir com o presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, partilhando com ele a preocupação que vos descrevo e que tem a ver com este tema da intermitência.

Estamos a apostar mais em solar, mas solar só existe em dias de sol e durante o dia. Estamos a apostar em vento, o vento existe quando há, porque há dias em que não há vento. Temos batido sucessivos recordes de produção de energia eólica ao longo das últimas semanas, recordes quase únicos, e são

ótimas notícias, mas também temos tido alguns dias em que já nos aconteceu termos de desligar ventoinhas por não termos capacidade de absorção dessa energia. Aconteceu, penso, uma ou duas vezes. Mas temos muitas vezes de recorrer ao gás e ao carvão porque não há vento suficiente. E temos sempre a reserva estratégica que é a água.

Sou daquelas pessoas que vive muito preocupada com o futuro da água e não é a cinco anos! Não tenho esta preocupação para os próximos cinco anos, mas a 10, 15, 20 anos não sei o que vai acontecer e acho que ninguém sabe. Será que vamos ter água suficiente para regar, para beber, para manter o caudal dos rios sem poluição? E teremos água suficiente para produzir energia?

Não estou a divagar, estou apenas a dizer que o problema da intermitência é muito, muito sério e tem de ser gerido com muito cuidado. Se calhar, quando é assumida essa posição de se aumentar a capacidade dentro dos contratos de interruptibilidade para garantir que, se um dia tivermos um aperto, podemos pedir a determinada fonte de geração para baixar a sua capacidade de consumo para podermos disponibilizar essa energia para outros, claro que sim.

Isso joga também com uma boa capacidade de interligações que é preciso continuar a manter, mas depois há um certo dia em que cada país vai ter as suas prioridades quando as coisas correrem de alguma forma mais difícil. Temos de contar com isso tudo.

Creio que lhe respondi à pergunta. Acho que há uma lógica, sim. Se devia ter sido mais um tostão, menos um tostão, mais 10 milhões, menos 10 milhões, é uma decisão, mais uma vez, que, tem de compreender, a nós não cabe criticar publicamente as decisões que o nosso regulador ou a Direção-Geral de Energia tomam. São eles que têm essa responsabilidade e são soberanos. É a diferença, de facto, entre ser regulador e regulado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos prosseguir, mas, como está muito ruído na sala, peço que tenham isso em atenção.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Rodrigo Costa e dizer-lhe que é um prazer revê-lo. Por respeito ao seu enorme trabalho e prestígio, farei apenas uma pergunta.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Peço desculpa, mas não consigo ouvir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Cada grupo parlamentar tem as suas dúvidas e curiosidades e nós entendemos que não tínhamos nenhuma pergunta para lhe fazer. Respeitamos, no entanto, o direito de cada um em chamar aqui quem entende.

Pelos vistos confirmou-se a minha certeza de que havia pouca coisa a perguntar, até porque já teve oportunidade de responder às poucas perguntas que havia. Porquê? Primeiro porque estamos a utilizar a fita do tempo e do período que nos interessa saber V. Ex.<sup>a</sup> não estava sequer na empresa.

Daqueles itens em que há quem considere que há rendas excessivas, nomeadamente na remuneração dos terrenos, na garantia de potência ou na intermitência, mas em que também há quem considere que não, a única coisa que poderia, eventualmente estar com a REN era o domínio público hídrico.

A mim interessa-me saber duas coisas. A uma já respondeu e tem a ver com a forma como a União Europeia sancionou todo este modelo. Temos até quem defenda que esta Comissão deve enviar para o tribunal europeu alguns documentos para reapreciação. Mas há quem considere que os reguladores também não foram diligentes.

A REN, e V. Ex.<sup>a</sup> fez ainda há bocado considerações sobre os reguladores, uma vez que foi pública e está hoje privatizada, tem de ter,

obviamente, na rede de *trading*, quer na rede de gestão global de sistemas, quer no transporte de energia, proveitos que são permitidos, ou não, o que tem a ver com a relação com a ERSE.

A minha pergunta é: que avaliação faz dos reguladores neste processo? Que capacidades têm? Que intervenção? Isto porque tivemos gente que veio dizer que os reguladores foram afastados do controlo, da fiscalização nomeadamente nos testes de qualidade, por exemplo. Já há bocado falou sobre isso.

Há quem diga que o regulador foi afastado propositadamente no Decreto-Lei n.º 240/2004. Há quem rebata e diga que a REN sempre pôde, em todo o tempo, fazer estes testes. V. Ex.<sup>a</sup> ainda agora explicou que os faz e são máquinas, com máquinas, portanto a suspeita é zero! Afastou essa suspeita.

Ainda assim, temos um parecer, que nos chegou tarde, por isso é que a minha avaliação do regulador não é assim tão positiva, já que o Parlamento devia saber, a todo o momento e a toda a hora, que tipo de regulação é que faz ao setor. O Parlamento devia conhecer isso.

Fomos confrontados com um parecer *a posteriori* que deteta um conjunto de rendas. Logo no teste de disponibilidade dá até um valor: 285 milhões. Queria perguntar-lhe se conhece esse parecer de 2007, se não me falha a memória.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Qual é o parecer?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De 2007, da ERSE, que identifica um possível...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ah, sim, já sei qual é!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Como, há bocado, explicou que são máquinas a falar com máquinas, que é impossível, independentemente da estrutura acionista da REN e dos interesses, e que é algo perfeitamente limpo e acima de qualquer suspeita, na passagem dos CAE para os CMEC, nos anos em que não houve estes testes que só se tornaram obrigatórios a partir de 2013, e também há quem nos diga que os valores apurados até são favoráveis à tese da EDP e não à da ERSE, já agora perguntava-lhe se considera esse valor razoável. Pode ajudar-nos a descobrir se aqui há ou não alguma coisa?

A Autoridade da Concorrência fez-nos alguns apelos. Os vários reguladores falaram-nos que emitiram vários alertas neste processo de liberalização de mercado. Também há quem venha dizer que não há mercado no setor eletroprodutor, uma vez que 85% não estão no mercado. Mas julgo que isso não é verdade.

Já falou, há bocado, no *unbundling*, mas gostava de saber se o facto de a EDP ter a rede de transporte e despacho fere, em algum momento, a concorrência, a independência e o bom funcionamento do mercado. Acho que não, mas nada como perguntar a quem está no setor.

Depois também queria falar no domínio hídrico. O processo foi todo antes de V. Ex.<sup>a</sup> chegar, mas, de facto, tem sido a zona em que temos ainda muitas dúvidas. Há quem diga que foi o Decreto-Lei n.º 183/1995 que deu o direito à EDP de celebrar com a REN novas concessões de utilização privativa do domínio público hídrico. Há quem diga que o Despacho n.º 14 315/2003 prevê que os produtores possam optar pela exploração.

Também já foi dito aqui que, de facto, a REN, em termos de valorização desse interesse, era divergente da EDP. O Dr. Manso Neto chegou a dizer aqui que se enganou nas contas, o que aproxima o valor final ao valor das duas instituições bancárias. Mas não é sobre isso que o quero questionar.

Quero perguntar-lhe se também considera, do ponto de vista da avaliação legal que faz, que a EDP tinha esse direito desde 1995 e se o mantém. Estamos a falar de pequenas remunerações, pequenos ajustes? Não quero acertar no Euromilhões à segunda-feira, mas pergunto se temos ou não valores razoáveis.

Todos os estudos que vimos não chamam a atenção para valores irrazoáveis, com avaliação à data. É evidente que agora podemos sempre chegar à conclusão que as taxas de juro, os *cash-flows*... Ainda há bocado disse isso.

Terminava, referindo uma questão que também é extremamente útil. Estamos também a perseguir outra zona cinzenta que é a extensão, as rendas e os proveitos de Sines. A licença está a terminar e há quem diga que o Estado tem finalmente oportunidade para resolver o problema. A licença ambiental termina e, a partir daí...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Está a falar da EDP?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, da EDP!

Digo isto, porque, há bocado, falou na intermitência dizendo que temos sol, eólica, hídrica. E se deixarmos de ter Sines? E se deixarmos de ter as tais centrais que asseguram a garantia de potência? É ou não é razoável...?

Disse apenas que percebe, mas não deu a sua opinião, por isso pergunto, já que esse risco é iminente, porque há quem fale, eventualmente, de antecipar o encerramento de Sines, se não precisamos de ter um sistema de *backup* para resolver esse problema.

Depois, obviamente, queria perguntar o seguinte: independentemente da estrutura acionista, independentemente da posição da REN, a verdade é que a REN tem hoje a capacidade de gerir o que entra e o que não entra no sistema. Há também que chame a atenção para que este excesso de aposta

nas renováveis, juntamente com a manutenção de centrais com CMEC, destorce muito o mercado. Julgo que a REN está em condições de dizer se aquilo que entra é ou não um *mix* energético razoável. Gostaria que pudesse esclarecer sobre isso.

Não vou perguntar se a potência instalada ou as *feed-in tariffs* fazem hoje sentido ou não. Essa é matéria que já discutimos aqui, mas acho que era útil percebermos se o sistema tem alguma coerência e essa coerência vai em proveito dos produtores, obviamente.

Portanto, era isto que queria perguntar.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Vou tentar responder a todas as perguntas. No fim, se falhar alguma coisa, agradeço que indiquem. Creio que tomei nota, mas pode falhar.

Vamos começar pelos reguladores. Fui regulado quase em toda a minha vida profissional. Foi no *software*, foi nas telecomunicações, foi na comunicação social e agora na eletricidade e no gás.

Portanto, diria que tenho alguma prática da vida regulada e em vários mercados completamente distintos, como o europeu, o americano, na América Latina.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso eu sei!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Portanto, o que lhe posso dizer é que os reguladores, os seus dirigentes, também são pessoas e, assim, todos estamos sujeitos a dias mais ou menos felizes, a boas e más decisões e, muitas vezes, em particular naquilo de que estamos aqui a tratar — vamos pensar agora só no regulador da área da energia e, talvez, no da concorrência —, estas pessoas têm de tomar decisões em função da realidade que é conhecida.

Confesso que me custa sempre um bocado, talvez pelo meu próprio feitio — se não gosto, não como, e quando acho que as coisas estão erradas, quando acho que não posso fazer o meu trabalho, vou-me embora, não tenho qualquer hesitação, enfim, sou capaz de dar um sinal, sou capaz de protestar um pouco —, mas acho que estamos a falar de determinado tipo de funções e parto sempre do princípio de que as pessoas que estiveram, quando estiveram, fizeram o seu trabalho.

É óbvio que, às vezes, umas pessoas reagem mais depressa, outras demoram mais tempo, outras só reagem quando já é tarde de mais, mas a realidade é que olho para o setor, para a sua regulação e para a regulação da área da concorrência, e não tenho nada que me leve a dizer que acho que há um trabalho muito incompetente. Não, acho que, às vezes, tiveram decisões mais ou menos felizes, mas vivemos num setor — já falámos nisso hoje, aqui — em que, há três anos, ninguém se apercebeu da mudança na estrutura de preços da área da geração fotovoltaica. E o mesmo aconteceu há 10 anos, quando se perspectivava o futuro. Depois, temos uns que acreditam que devia ser feito de uma maneira e outros de outra maneira, que se devia contabilizar os juros ao valor  $x$ , a taxa de inflação  $y$ .

Portanto, acho que é importante para se ser um bom regulador ter a noção, ter visão, uma boa prática e uma boa capacidade de perceber que tipo de decisões, medidas e prazos devem ser estabelecidos e que mecanismos, para corrigir as coisas ao longo do tempo. Isso é algo que, de certa maneira, nesta Comissão, já foi falado.

Mas depois do jogo todos sabemos o resultado e, portanto, isso é muito fácil de dizer.

A minha opinião em relação aos reguladores é esta, e não estou a dizer isto para lhes agradar. É que a nossa relação é muito simples, porque não formulamos preços, não temos capacidade de intervenção no mercado.

Quando há bocadinho, no final, dizia que a REN tem capacidade de decidir, de tomar determinado tipo de decisões, não. A REN não toma decisões em relação à forma como é feita a produção, não é a REN que as toma. A REN cumpre instruções que lhe são dadas, que vêm do próprio mercado ibérico, que funciona, em termos de disponibilidade e de execução de ordens de trabalho, cumpre regras estabelecidas pela Direção-Geral de Energia. A REN é auditada em relação a todas essas matérias e, mais importante ainda, a REN não tem qualquer incentivo ou não lhe advém nenhum prejuízo por estar a tomar as suas decisões.

É por isso, claramente, que o nosso papel é ao lado do Estado, nestas matérias. Não temos aqui qualquer dúvida.

Voltando ao regulador, para não me perder, a AdC (Autoridade da Concorrência), volta e meia, faz-nos questões, mas são mais questões sobre os outros do que propriamente sobre nós, e colaboramos. Acho que somos um bom exemplo de entidade que colabora com todos os agentes públicos nestas matérias.

Em relação à ERSE, confesso que temos algum *stress*, que é normal. A ERSE tem também uma missão de preservação de qualidade, de estabilidade, de futuro, de eficiência, de custos, e muitas vezes também temos algumas dificuldades nessas matérias. Acho que temos uma relação... Digo sempre que quando alguém diz bem do regulador alguma coisa está mal porque, de facto, o papel do regulador é regular, é um papel rijo, é um papel de supervisão muito forte e não tenho dúvida nenhuma que sentimos esse peso constantemente. Se é bom ou mau trabalho...

Creio que os reguladores são nomeados pela Assembleia da República, ou pelo menos confirmados...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, só os ouvimos.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas, pelo menos têm capacidade de veto, penso eu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não?! Então, peço desculpa, pensei que tinham. Mas espero que, de alguma maneira, possam influenciar as decisões, quer através das vossas relações partidárias, quer através dos próprios trabalhos diretos da Assembleia, e sei que sim, que nenhum governo faz nomeações sem ter a certeza que as coisas fazem sentido.

É como eu vir aqui, à Assembleia da República, trazer os planos da REN. Isso dá uma grande responsabilidade à empresa no sentido de que está a prestar contas. Não interessa se é ou não obrigatório, se está até previsto no contrato de concessão. Aliás, acho que ninguém se lembrou disso mas eu lembrei-me quando cá vim e sei que estou a fazer um trabalho de cortesia, de respeito por uma instituição que acho que nós devemos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Está na lei do Orçamento!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Está bem, mas temos um contrato de concessão com o Estado português e, portanto, seria necessário, se calhar, fazer alguma adenda e ser aceite por ambas as partes, porque é trabalho extra e é uma incerteza extra que é criada. No entanto, achamos que é bom. Já o disse aqui, já o disse quando cá vim pela primeira vez e sempre que me convidarem a mim ou a quem me suceder, de certeza que faremos esse trabalho de muito boa vontade.

Portanto, em matéria de reguladores, acho que temos tido... Aliás, tenho vários colegas meus da REN que já trabalharam no regulador porque, há anos, porque as empresas eram todas do Estado, não era nada de estranho

serem chamados para fazer uma comissão de serviço e depois voltavam à empresa. Mas este é um mundo que já não existe e essa é a grande vantagem de ter separadas do Estado as empresas que o podem estar.

Em relação aos reguladores, creio que estamos entendidos.

Falámos aqui do tema da REN Trading, falámos do regime hídrico, dos terrenos hídricos que estão na REN.

Como disse há pouco, não vale a pena estarmos a falar da rentabilidade da REN Trading porque, repito, não existe. É mais uma fonte... Fazemo-lo porque temos essa obrigação, não fugimos às nossas responsabilidades e ponto final! E fazemo-lo debaixo de uma supervisão e de uma infraestrutura de gestão totalmente supervisionada e auditada pela ERSE, em permanência, que nos dificulta imenso a vida, mas tem de ser e fazemo-lo! Foi o Estado que, consigo próprio, decidiu que aqueles dois CAE estavam ali e ali ficavam! Que ninguém se iluda: não são fonte de receita para a REN, não são, mas estão lá e temos a obrigação de assumir essa responsabilidade pelo Estado, sob supervisão, neste caso, como é óbvio, da ERSE, porque é negócio que, de facto, não devia estar na REN. Mas não fomos nós que quisemos que isto fosse assim.

Quanto à parte dos terrenos hídricos, eles não são remunerados e, portanto não estão a onerar a conta dos consumidores.

Depois, quanto à minha opinião acerca dos 270 milhões, nessa matéria não peço escusa mas tenho de dizer que não sou daquelas pessoas que diz: «vou dar uma opinião pessoal, esquecendo que sou Presidente da REN.» Não, eu sou Presidente da REN, é a REN que me paga o meu salário, só trabalho na REN e, portanto, não consigo ter esse papel e estar aqui a dar opiniões sobre uma matéria em que não devo dar opiniões. Portanto, não comento as decisões da ERSE e ponto final!

Já demos o nosso contributo e demo-lo formalmente. Nem sequer sei se tenho o direito... Quando me pediram os documentos de tudo o que

fazemos, demo-los à Assembleia da República, à Comissão. Demos tudo, não houve nada que nos tenhamos recusado a dar. Em alguns casos, por causa dos contratos, tivemos de dizer «vamos dar», mas nem sequer pedimos licença, estão entregues e os senhores têm todas, todas as nossas opiniões, quando é caso de dar opinião, por escrito, na vossa posse e aí, com franqueza, não consigo acrescentar nada.

Quando damos uma opinião, quando damos uma informação, somos muito, muito factuais.

Não sei se estava aqui quando eu disse isto mas, na REN, temos uma particularidade: quem trabalha na REN é um técnico e é um técnico que tem capacidade de tomada de decisão de forma muito isenta. Toma-a muitas vezes sozinho, toma-a muitas vezes em equipa, sabe que está a comprometer a empresa, como é óbvio, mas nós não temos o direito de estar a agarrar numa caneta para escrever um parecer porque a um gestor, eventualmente, possa dar jeito uma coisa ou outra. Aliás, na passagem que tiveram por aqui, viram que o ponto comum é convicção, é competência, mas cada um tem a sua opinião e nem sempre as opiniões são exatamente iguais. E, mais, se passassem por aqui mais 30, 40 ou 50 pessoas da REN de certeza que iam obter outro tipo de informações. Acho que temos tido sempre posições muito isentas.

Há pouco falava também sobre o tema do regime hídrico, e já hoje falei sobre isso aqui, mas como essa é uma coisa de que é mais fácil falar, embora não acrescente muito, já posso dizer que estamos a falar de decisões tomadas há muitos, muitos anos.

Algumas das decisões que levaram à criação dos CMEC são de 1995, é a génese. Estamos no ano de 2019, não conseguimos perceber para onde vai mundo daqui a 5 ou a 10 anos, e não estou aqui com pensamentos metafísicos, estou a falar da quantidade de água disponível para produzir energia, estou a falar de quanto vai custar fabricar uma torre eólica de alto

débito, estou a falar de quanto vai custar um sistema para termos em casa. Não sabemos quantos carros elétricos vão ser comprados nos próximos anos, só sabemos que serão muitos mas, provavelmente, menos do que os carros a *diesel*.

Portanto, é tudo isto e tudo isto vai ter um impacto na nossa forma de gerir a energia. Daí eu ter dito, acerca do tema do plano para 2030, que acho que é um bom plano, que está a olhar para a direção certa, mas agora vai haver muito trabalho de cálculo e de criação de cenários que têm de ser feitos.

O que está para trás e todos estes trabalhos que têm feito, têm um grande mérito, que é o de nos chamar a atenção para ter cuidado com as decisões que têm impacto nas gerações futuras. Essa é uma virtude muito grande que este tipo de trabalho tem, para mim, como gestor, para muitos colegas meus e para muitas pessoas que trabalham no setor.

Portanto, vivemos essa preocupação. Quando olhamos para trás, vemos vários estudos e vários preços, uns dizem que é muito, outros dizem que é pouco, mas a realidade é que estamos a discutir depois do facto e são muitos anos depois.

Não consigo andar para trás 10 ou 15 anos e pensar o que decidiria se estivesse ali. Não estava lá, não trabalhava na mesma área, nem sequer vivia no País e, portanto, nesse particular período entre 2001 e 2005 tenho até uma certa dificuldade em dizer qual o clima económico. Não estava cá e não consigo fazer isso.

Não tenho dúvidas de que, quanto aos pareceres que foram feitos, uns podem ser mais altos ou mais baixos do que os outros. A única coisa que posso dizer é que é claro que há critérios que são discutíveis, uns dirão que são para cima, outros dirão que são para baixo. Se foi boa ou má decisão, o único conforto que tenho é o de que a decisão não foi da REN. A decisão foi do Estado português e as empresas eram do Estado português — já foi muito referido aqui. Estamos a falar numa situação e numa altura em que é o Estado

a decidir sozinho estas coisas. Portanto, bem ou mal não podem querer imputar responsabilidades aos acionistas de hoje que, na altura, não sonhavam, sequer, em estar aqui.

Em relação ao tema «Sines», não posso dizer mais do que aquilo que já disse. Eu vivo preocupado como se faz o planeamento dos próximos anos. Os meus colegas, que são muito mais entendidos no detalhe da operação, estão muito confortáveis com a opinião e com o último relatório que fizeram em relação ao relatório da segurança do sistema. Portanto, os nossos cenários apontam que há, de facto, possibilidade de fazer a descontinuação de Sines dentro das datas que o Governo, neste momento, antecipa, há essa hipótese, mas, atenção, há essa hipótese, mas também há que cumprir um determinado tipo de temas, ideias e projetos, que estão nesses mesmos planos.

Portanto, vamos ter muito trabalho nos próximos meses para conseguir readaptar os nossos planos a tempo, inclusive, de, quando apresentarmos aqui, na Assembleia da República, o próximo PDIRT (Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade) e o PDIRGN (Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Gás Natural) — os planos de 10 anos para a eletricidade e para o gás —, com todas estas novas formulações... Vai ser imenso trabalho, vai ser um trabalho de muita responsabilidade, mas acho que estamos mais do que à altura para o fazer.

Disse, ainda, que nós, fazendo parte do sistema, temos, de certa maneira, isenção suficiente, sendo o gestor do sistema. Mais uma vez... Se fosse possível contabilizar o tempo, acho que o tema sobre o qual falei mais foi sobre a privatização, não privatização, empresa autónoma, não autónoma, Estado na empresa ou Estado fora da empresa. Lembro que temos uma situação muito simples, somos a atividade mais regulada deste País, de certeza que somos a empresa mais regulada deste País. Sei que os bancos se queixam, que as companhias de seguro se queixam, que há outras áreas que

também se queixam, mas nós não nos queixamos, porque é a natureza da nossa atividade, mas, de facto, somos hiper-regulados. É a ERS que regula tudo o que fazemos, inclusive, qual é a remuneração que temos — na maior parte dos países, a regulação é para 5 a 6 anos e em Portugal é para 3 anos, até vivemos dentro de um aperto que, acho, é desnecessário, mas é de 3 em 3 anos —, a nossa remuneração é revista, a monitorização do serviço é permanente, a auditoria às atividades é tão amiúde quanto a ERS ou a própria Direção-Geral de Energia o decidam fazer, se, por qualquer razão, o regulador for ineficiente, é o setor que paga essa fatura. Portanto, nessa matéria todos podem estar descansados.

Aquilo que fazemos tem a ver com o quê? É definida a política energética, nós propomos planos para dar cumprimento a essa política energética, fazemo-lo com um trabalho muito próximo da Direção-Geral de Energia e da ERS, que nos dizem o que está bem e o que está mal. Não temos opção, porque se não se pode fazer, não se pode fazer. Diria que nós, em matéria de segurança, não abdicamos das nossas convicções. Tenho a satisfação de poder dizer que não há memória de nenhuma recomendação que tenha a ver com segurança que não tenha sido aceite. Temos preocupações novas de que ainda não falámos aqui. Além da intermitência das renováveis, temos outras preocupações, nomeadamente a cibersegurança, temos feito internamente um trabalho muito profundo nessa matéria porque sabemos que temos de o fazer, temos uma boa interlocução com as autoridades nessas matérias.

Como é óbvio, temos preocupações, somos responsáveis, mas temos independência total e alinhamentos de interesses económicos e financeiros totais. Aí não há qualquer conflito. Nós não temos nenhum incentivo nem em prejudicar ninguém, nem em ajudar ninguém, somos só um cumpridor de regras e um aliado do Estado nesta nossa missão. Não é por o Estado ter 5, 10, 11 ou 15%, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse há pouco, que vai mudar.

Esta empresa, em 2007, passou a privada, teve a criação dos seus estatutos. Em 2011, o Estado português, pelas razões que todos conhecem, boas ou más, decidiu vender mais 40%. Em 2013/14, decidiu vender os últimos 11% que tinha na empresa e deixou de ser acionista da empresa, é uma realidade.

Olhemos para a trajetória da empresa de 2007 até hoje. A única coisa que a empresa mantém é a dívida que tem porque já lá estava e continua, porque nós não temos uma rentabilidade que nos permita amortizar a dívida, mas, por outro lado, conseguimos ser *investment rate*, que é muitíssimo bom para todos nós porque faz com que a nossa remuneração atribuída pela ERS tenha baixado, o que quer dizer que custamos menos ao consumidor.

Acho que cumprimos muito, muito bem o nosso papel, acho que temos um grupo de acionista que vão desde o mais ocidental ao mais oriental, todos compreendem a natureza da empresa. Tenho orgulho em dizer — e isto é uma das coisas boas que tem o meu trabalho — que trabalho numa empresa que tem bons acionista que compreendem muito bem a responsabilidade daquilo que fazemos, são exigentes, como é óbvio, mas funcionamos muito bem e estamos aqui para o longo prazo, sem dúvida nenhuma. A nossa atividade é testada todos os dias, todos os segundos. Se, neste momento, acabasse aqui a eletricidade, para quem é que os senhores olhavam? Para mim, de certeza. E os que não estão aqui...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já que aqui está!...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — ... iam ver se falhava em mais algum sítio e se fosse em toda a cidade já éramos nós.

Digo também aqui que acho que temos um sistema energético com ótimas empresas. Quem é responsável pela distribuição faz um ótimo trabalho, os múltiplos geradores que temos no nosso País fazem um ótimo

trabalho e nós temos uma muito boa relação técnica com eles, outras relações, com franqueza, não temos. É o que tem de bom o nosso trabalho.

Sr. Deputado Hélder Amaral, não sei se respondi a tudo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim.

A minha pergunta sobre o parecer de 2007 era a de saber se os 285 milhões se justificava ou não.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não consigo e, com toda a franqueza, não me cabe a responsabilidade de disputar a opinião que é dada por quem é o meu supervisor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, que supostamente faz em função da informação recolhida junto de vós, porque aquele número aparece no relatório da ERSE em função, supostamente, dos testes de disponibilidade que não traziam feitos porque se fossem feitos, o número seria diferente. A informação para a ERS poder fazer estas contas veio de algum lado e só pode ter vindo da REN.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Das máquinas!

O Sr. **Presidente**: — Das máquinas que são da REN.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas tem de compreender que o papel da ERSE não é o de publicar os nossos relatórios. Eles têm os nossos relatórios e nós, conforme temos muitas divergências em muitas coisas com muitos dos agentes do nosso mercado, porque temos, o que é natural, é a natureza do nosso trabalho, quando se licencia com as câmaras que não querem que

passem linhas de alta tensão, etc., com a ERSE também temos as nossas divergências.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com a audição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, que foi o partido que requereu e insistiu na presença do Sr. Rodrigo Costa aqui hoje connosco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. Rodrigo Costa e relembrar que a aprovação das entidades e personalidades que vieram aqui foi por unanimidade. Houve um acordo inicial da parte de todos os partidos em relação a esse pedido. Depois, a decisão de prescindir é outra coisa. No entanto, quando o requerimento foi apresentado, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu estou aqui a cumprir as minhas obrigações.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Queria começar por perguntar ao Dr. Rodrigo Costa como é que avalia o tipo de empresa que é a REN, numa economia capitalista e numa economia de mercado como a que temos.

Uma empresa cujo capital não tem riscos, cujos proveitos são definidos administrativamente e cujos principais investimentos, que são as redes, são suportados pelos clientes de energia elétrica, como é que avalia esta empresa no mercado capitalista.

Eu trouxe um artigo de um analista dos mercados bolsistas que até caracterizava as ações da REN como monótonas e dizia que não fazia muito sentido discorrer sobre elas porque eram monótonas. Pergunto se isto tem alguma coisa a ver com essa singularidade da REN. Já aqui a caracterizou como uma empresa muito especial, mas este facto de ser uma empresa sem

risco, com lucro definido administrativamente, como é que a avalia? O que faria o Estado português se, por causa de algum daqueles investimentos como, por exemplo, no Chile, a REN falisse? O Estado, alguma vez, deixaria fechar esta empresa? Sabemos a resposta, mas não queríamos deixar de assinalar aquilo que foi a privatização de um monopólio natural que tem um papel estratégico como é o de ser central de despacho. Que tipo de empresa é a REN, tendo em conta os considerandos que fiz?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Corro o risco de maçar todas as pessoas porque, mais uma vez, vou falar sobre o mesmo tema.

Eu continuo a achar — já o disse — que a empresa é muito boa, é muito importante, como é óbvio, para o País, fazemos a gestão de um ativo crítico incontornável e é por isso que existe um contrato de concessão onde todas as responsabilidades e preocupações, sem qualquer exceção de todas as que já foram apresentadas aqui hoje, estão cobertas. Temos uma situação em que, primeiro, os contratos de concessão destas áreas são temas muito, muito bem pensados há muitos, muitos anos em muitos países, não é só no nosso. O tema sobre «estar ou não o Estado no capital» ou, até, ser «100% privada ou 100% pública»... Há muitos exemplos em muitos países.

Portanto, é um facto, é correto que vivemos numa economia capitalista. O nosso grande objetivo como empresa, a nossa missão como empresa... Há bocado, falámos do tema dos investidores. Quem tiver curiosidade pode ver, no nosso *site*, uma apresentação, está lá desde o dia 5 de maio do ano passado, foi atualizada, e tínhamos tido três anos antes, que descreve a nossa missão.

A nossa missão tem três vertentes: qualidade de serviço, fiabilidade e segurança. São as três vertentes. Sabemos que vivemos para isso. Que ninguém diga que é uma atividade sem risco. Dizer que é uma atividade sem risco é de uma ignorância triste. Não há nenhuma atividade que tenha tanto

risco como a nossa. Exige um trabalho de 24 horas sobre 24 horas, exige a capacidade de poder reagir a qualquer anomalia em segundos. Lembro que, em 2001, este País quase que ficou sem eletricidade por causa de uma cegonha e, desde que a cegonha provocou um curto-circuito e parte de Lisboa ficou sem eletricidade, foram três segundos e meio.

Portanto, não me digam que a minha atividade não tem risco. A minha atividade tem um risco como mais nenhuma tem, porque não há alternativa à energia.

Se quiserem dizer que isso só pode ser gerido pelo Estado, Meus Amigos, é uma questão de opinião, é uma questão de ideologia. Nós fazemo-lo completamente privado. Nós fomos privatizados em 2007 e fazemos o trabalho muitíssimo bem.

Desde 2007 que praticamente o Estado não tem presença e desde 2013 que o Estado deixou completamente a empresa, e nós continuamos a fazer o nosso trabalho muito bem. Não é pelo Estado estar ou não estar presente que esta empresa pode fazer ou pode fazer bem o seu trabalho. Faz, porque tem uma boa capacidade técnica, tem uma prioridade enorme de conseguir contratar e manter os melhores técnicos, os melhores especialistas em eletricidade e em gás natural.

Acho que o conseguimos fazer, como é provado e testado todos os dias. Digo-lhe sinceramente que se, amanhã, tiver um problema, lá aparecerei eu e todos os meus colegas tristes, provavelmente com a reputação estragada porque alguma coisa correu mal. Se isto não é trabalhar com risco, então alguém que me explique o que é trabalhar com risco, porque os homens e as mulheres que temos a trabalhar nestas questões críticas, quando há um incêndio, a primeira coisa que fazem é saber onde é, como é. Um incêndio não se controla, um ciclone com rajadas de mais de 180 km/hora não se controla, as torres caem e é preciso ter alternativas para que as cidades e as casas não fiquem sem energia. Nós temo-lo feito sempre muitíssimo bem.

Portanto, o passado não é uma garantia de futuro, como é óbvio, mas a realidade é que procuramos, estamos super empenhados e levamos isto muito a sério, de facto. Por acaso, com franqueza, custa-me ouvir quando alguém diz que a empresa não tem risco. Leia-se, nos artigos, o que se passou com uma empresa chamada «PGL», nos Estados Unidos, que há três semanas apresentou falência porque não foi capaz de lidar com os prejuízos que lhe foram imputados por causa dos sistemas na Califórnia. Mesmo sobre o mercado de capitais, dizer que uma empresa como a nossa não tem riscos... É claro que tem riscos e os riscos são sérios, como em qualquer atividade.

Já disse aqui hoje que não acredito que nenhum estado fosse capaz de deixar que uma empresa como a nossa fosse à falência, mas não deixar ir à falência não quer dizer que seja dos mesmos acionistas, quer dizer que, em caso de catástrofe... Espero que tal nunca venha a acontecer comigo, nem sem mim, nem daqui a 20 anos, nem neste contrato de concessão e nos seguintes, porque numa circunstância dessas é o Estado que toma posse administrativa da empresa. Portanto, não é um processo, digamos, estranho, é assim: não cumpre, isto é crítico, acabou. É assim que se faz e o Estado tem essa prerrogativa sempre, ninguém lha pode tirar.

Isto deve servir para que as pessoas não sintam que é pelo facto de o Estado ter uma ação ou um milhão de ações que é mais qualificado. Confesso que tenho pensado bastante sobre isto e, como já dissemos aqui no início, são rumores que aparecem de vez em quando. Hoje, tenho sérias dúvidas se uma entrada do Estado numa empresa como a nossa tem benefícios. Eu, se fosse o Estado, não entraria porque tinha de estar a mobilizar capital; é uma rentabilidade que é interessante, mas as necessidades de capital que o Estado tem para outras coisas que não funcionam bem é muito maior de certeza do que a REN.

Sobre um ponto de vista dos mecanismos de controlo, acho que o Estado os tem todos como não tem em mais nenhum outro setor da atividade;

até tem a vantagem de estar de fora, que é uma grande vantagem. Mas, mas manda mesmo, diz como é e como não é, define quanto se ganha e quanto não se ganha e tem muitos, muitos mecanismos para fazer valer as suas opiniões.

Em relação ao tema sobre o qual disse que as nossas ações são monótonas, deixe-me dizer-lhe que, quando li esses artigos sobre a REN, também os pode ler sobre qualquer *utility*. É a característica do negócio regulado, ou seja, temos em todo o mundo muitas empresas que são gestoras de contratos públicos, de concessões, tem uma remuneração, como diz, fixa e, em alguns casos ou quase sempre, são monopólios regionais e, em muitos casos, são monopólios naturais, que é o nosso caso. São monopólios naturais devido à dimensão do País, à característica... Num país com o tamanho do nosso, não é impossível, mas não seria nada recomendável estar a subdividir a empresa em duas ou três.

O tema do despacho, como já expliquei, não é uma medida que seja efetiva, por outro lado até pode ser complexa, pois não gere uma rede sem despacho. Portanto, tenho sempre de ter o despacho! Não funciona sem despacho. Querer fazer um despacho em nome de ser crítico, cuidado! Vocês querem fazer um despacho para controlar um despacho, ou seja, duplicam as funções, têm confusão nas decisões e vão mexer em algo que funciona muitíssimo bem. Não estou a chamar incompetente a ninguém e acho que são temas que vale a pena discutir e que vale a pena falar sobre eles. Todos nós temos a obrigação de dar as nossas opiniões e eu estou a dar, pura e simplesmente, a minha, que é feita com a convicção de que tenho de lidar com os problemas.

Então, sobre as ações monótonas já respondi. Levantou, também, uma questão, no fim, sobre o tema do Chile. Nós investimos no Chile se falirmos. Bem, vamos ter noção do que é o Chile.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É um exemplo!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas é o único que temos! Portanto, aqui é um bom exemplo.

Também temos Cahora Bassa, temos 7,5% da barragem de Cahora Bassa, como penso que sabem. Esta decisão foi do Estado português, como costume dizer, consigo próprio, em determinada altura, e nós honramo-la com grande profissionalismo. Estamos no Conselho de Administração de Cahora Bassa, contribuímos sempre que podemos, quando nos pedem algum tipo de apoio, opinião, fazemo-lo, apoiamos a EDM, a empresa de Eletricidade de Moçambique, que, por vezes, também precisa de coisas, que em tempos foram feitas quando, digamos, a EDM, no fundo, era supervisionada indiretamente pelo Governo português, há muitos, muitos anos. Portanto, por causa dessa história toda continuamos essa colaboração. O investimento em Cahora Bassa não tem nada, de facto, que ver com gestão privada da REN, mas nós honramo-la.

Depois, temos o investimento no Chile que fizemos há, mais ou menos, um ano e meio ou dois anos, fruto da realidade nacional e, praticamente, o concedente decidiu que não havia nenhuma necessidade de investimento. Ora, nós somos uma empresa que está no mercado de capitais e procuramos complementar a nossa atividade porque precisamos de receitas e era importante ter mais alguma dimensão.

Não sei se têm noção, mas uma empresa como a nossa, com cerca de 4 biliões de euros de ativos, que é o valor total dos nossos ativos, tem as chamadas «amortizações» e todos os anos estas amortizações já são maiores do que o investimento que fazemos.

Portanto, a realidade é que a nossa atividade regulada, que é 97% ou 98% do que fazemos, já considerando o Chile, de facto vai-se reduzindo. A empresa extra concessão tem o seguinte problema: como conseguimos

algum crescimento para a empresa. Esse crescimento é conseguido procurando outras oportunidades de investimento, locais ou internacionais.

Estamos sempre à procura de possibilidades de investimento locais e a que encontramos foi a Portgás. Já expliquei aqui, também, que para conseguir fazer o investimento na Portgás recorremos a um aumento de capital e, na realidade, foram os nossos acionistas — às vezes parece que ninguém gosta de acionistas — que aumentaram, digamos, o seu investimento na REN para conseguirem que a empresa crescesse um pouco, aceitaram a nossa ideia, nós concretizámos a operação de compra da empresa.

No Chile, também fizemos uma operação mais pequena, investimos num gasoduto que é em tudo igual ao gasoduto que liga Sines a Campo Maior, só para terem uma ideia da dimensão. O negócio é só isto — é uma empresa muito pequenina, temos uma participação de 42,5% do capital, é um ativo não regulado, uma remuneração melhor do que a da REN e é feita com recursos a capital que, em nada, interferem ou afetam negativamente a REN; pelo contrário, dá-nos massa crítica e essa massa crítica ajuda a que a empresa continue no caminho que tem tido ao longo da última década, o de ser uma empresa que compara super bem com todas as congéneres europeias e com as outras internacionais em todos os níveis.

Acho que foi um bom movimento para a empresa, dá segurança e os investidores continuam a achar que somos uma empresa monótona. E porquê? Exatamente porque não temos nenhum ângulo especulativo. Os nossos estatutos e a lei de bases do setor impõem que haja um limite de 25% sobre os acionistas, ou seja, ninguém pode ter mais de 25% e votar com mais de 25%.

Os nossos estatutos, a essa semelhança, também foram feitos na altura da privatização, portanto não temos o tal ângulo especulativo de poder vir alguém que queira dominar a empresa, é uma regra. Temos o tema do

*unbundling* que, de facto, limita muito, em Portugal, a nossa capacidade de poder fazer outras coisas, por isso não podemos estar na geração, não podemos estar no retalho; nós só percebemos de eletricidade e de gás, não queremos sair, não queremos gerir outras coisas, pois achamos que é melhor estarmos concentrados na nossa atividade.

No fundo, somos uma empresa num mundo capitalista. Acho que não posso estender-me mais e falar sobre os riscos que a nossa atividade tem. Acho que dizer que os proveitos são previsíveis... Só são previsíveis se tudo correr muitíssimo bem, porque, se não cumprirmos os níveis de qualidade que temos estabelecidos na concessão e com a ERSE, a nossa remuneração baixa e deixamos de ser um título monótono para os nossos investidores, por ali abaixo. Quer dizer, acho que temos o que de melhor tem o sistema capitalista sem ter aquilo que, eventualmente, tem um sistema capitalista predador.

Permita-me, mas, por vezes, quando falo sobre a REN, nem a descrevo como um negócio, descrevo-a como uma atividade; é uma atividade, que tem uma remuneração e a última coisa que alguém quer ter numa empresa como esta é falta de estabilidade, inclusive financeira.

Há o tema dos recursos humanos, que é crítico, crítico, crítico. Não quer ter esta empresa na mão de incompetentes! Não quer ter esta mesa na mão de caprichosos, tem de ter gente muito exigente na gestão e que tem de ter gente muito qualificada na área da engenharia. Somos uma empresa na qual 65% das pessoas são engenheiros que fazem um ótimo trabalho. É esta a nossa história!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Obrigado, Dr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não sou doutor, nem engenheiro!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, peço desculpa.

*Risos.*

Obrigada pela sua resposta. De facto, quando falei da questão do risco, fui um pouco ao encontro do que acabou por dizer na sua resposta. Como disse, o Estado nunca deixaria falir uma empresa como a REN. Hoje, tem um conjunto de investimentos que podem ser poucos, mas que amanhã poderão ser mais.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas vou ter de o interromper.

Não é assim! Estar a dizer que eu digo que não tem risco porque o Estado não a deixa falir... Mas deixa de ser dos donos, é expropriada, ponto final. Deixa de ser dos mesmos donos, é um mecanismo automático. Dizer que não há risco, não é correto. Os investidores, que estão sei lá onde, podem acordar amanhã e deixar de ter a empresa, podem perder tudo. Não há meio termo! Portanto, dizer que não há risco para os investidores... Permita-me a correção, mas acho...

Compreendo o que está a dizer, mas é visto numa ótica que não é a ótica real de quem está nesta situação. Há risco e esse risco tem um impacto imediato no valor, porque se perde.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Referiu aqui várias vezes que a REN não é um negócio, que é sobretudo uma atividade, remunerada de uma forma mais ou menos previsível, tendo em conta que acaba por ser definido administrativamente.

Então, queria perguntar-lhe se, não sendo um negócio, é, no entanto, um bom negócio para os acionistas da REN. Por exemplo, de 2016 para 2017

os lucros da REN aumentaram 25%. O que justificou este aumento notável de lucros?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O seu número está completamente incorreto. Os nossos lucros de 2016 para 2017 não subiram... Não sei onde foi buscar o número, se calhar está a olhar para números de resultados trimestrais e não de resultados anuais. O nosso resultado líquido é mais ou menos o mesmo ano após ano, desde os últimos... Acho que tenho aqui o número, posso dizer-lho exatamente. Temos de ver se é antes de impostos ou depois, mas o nosso resultado é de 204 milhões de euros em 2017 e foi de 181 milhões em 2016. Temos uma taxa real de imposto de 39%, neste momento, se juntar o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) com a CESE (contribuição extraordinária sobre o sector energético) estamos com uma taxa de imposto... Diria que os nossos resultados líquidos têm variado. Posso dizer-lhos desde 2012: 123, 121, 112, 116, 100, 125... Tem razão, mas isto é um resultado que não tem continuidade no tempo. O resultado de 2017 é afetado porque, quando fizemos as transações de compras, também vendemos alguns ativos que nos afetaram a venda.

Da atividade normal não temos uma diferença de resultado líquido, de ano para ano, e diria que, no máximo, é de 5 a 6%. Estava a concentrar-me e a pensar no dividendo e daí ter dito que o número estava errado. Peço desculpa! O dividendo mantém-se perfeitamente estável, digamos, ao longo do tempo, e só no ano passado é que o dividendo mudou a previsão, porque temos mais ações, por causa do aumento de capital. Mas em termos... Pagamos 17.1 cêntimos por ação, que mantemos no mesmo número. Peço desculpa pela minha imprecisão.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então houve mesmo um aumento de 25% dos lucros, de um ano para o outro, independentemente de não ser...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas é um resultado extraordinário. Não é o resultado, digamos, recorrente, dos temas da concessão. Só para ser claro.

Queria voltar a uma questão que aqui já foi colocada. Gostaria que nos explicasse como é que podemos ter a certeza e ter um outro grau de confiança...

O ano de 2017 incorpora já, também, o resultado da Portgás, que é a empresa que comprámos,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ah, então sempre mudou alguma coisa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — ... e a Portgás vale quase 12 ou 13%...

Não, ouça, por isso é que estou a dizer. Na nossa atividade geral não temos uma alteração nem de perímetro, nem de rentabilidade. Pelo contrário, a rentabilidade até baixou, em 2017. Agora isto aqui incorpora é já a parte da Portgás e da Eletrogás.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Para concluir a pergunta que estava a fazer, podia dar-nos um conjunto de outras garantias sobre a isenção da REN, na sua função de central de despacho, em relação à EDP?

É que há aqui o facto de 25% do capital da REN e 28% do capital da EDP pertencerem, em última análise, à mesma entidade, que é o Estado chinês.

O senhor, aqui, deu várias garantias, dizendo, no fundo, que tem total confiança de que isso não é assim. Mas a confiança, assim, por essa expressão, não é uma garantia, se calhar, suficiente para podermos eliminar, sob qualquer ponto de vista, que haja aqui algum interesse, da parte do mesmo acionista, no fundo, que controla a EDP e a REN, que tem o máximo que podia ter na REN e que tem 28% da EDP.

Que outras garantias, para além da garantia da confiança que tem nos seus técnicos, é que nos pode dar de que não há aqui, nunca, um favorecimento da EDP no Despacho?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mais uma vez, tudo aquilo que fazemos é auditado. Portanto, mesmo que houvesse algum incumprimento ou algum erro, premeditado ou não, logo a seguir a esse momento é verificado e é sancionado.

Quero afirmar, claramente, que não há essa situação. Nós temos de pensar, por exemplo, em relação ao meu acionista State Grid, que a State Grid tem três administradores; limita, digamos, o seu trabalho na REN a três administradores no Conselho de Administração, não executivos. Dois deles são especialistas em eletricidade, de facto, e um é uma pessoa que é relações internacionais. Fazemos uma reunião de três em três meses, portanto o funcionamento técnico da empresa, de facto, a estratégia é aprovada pelo Conselho de Administração, mas a atividade é determinada pela natureza do contrato de concessão das nossas obrigações como concessionários.

O papel da ERSE está muito bem definido, o papel da DGEG está muito bem definido, a Secretaria de Estado é quem aprova os nossos planos de trabalho, todos. E há aqui uma permanente supervisão de tudo aquilo que nós fazemos.

No meio disto tudo, ainda por cima, há um grande alinhamento económico e financeiro. Nós não temos qualquer interesse em favorecer ninguém; de facto, nem em prejudicar nem em favorecer.

E temos aqui uma situação que é... Muitos dos dados — já falámos aqui disto várias vezes — com que temos de trabalhar são dados que são automáticos.

O nosso trabalho é muito objetivo. As ordens de gestão do despacho, de alocação de energia às centrais é feita pelo mercado; e é uma entidade

onde não temos atividade, não controlamos, não temos empregados nossos lá. Não tem nada que ver com o trabalho da REN.

É uma decisão até ibérica, portanto, é decidida em conjunto para Portugal e para Espanha, por causa de uma questão, até, de harmonização de preços e de estratégia, que não tem nada que ver connosco. E nós cumprimos essas ordens. Portanto, não há aqui nenhum incentivo, por mais que queiram...

Já disse isto a vários grupos, inclusive ao seu — quando estive com o Deputado, creio que foi, Bruno Dias —, que quando quiserem ir ver o despacho... Vocês têm gente que conhece muito bem o nosso funcionamento, mas, quando quiserem, estão todos convidados para ir ver o despacho, porque ficam com uma ideia completamente diferente do sistema energético português, percebem melhor como este funciona e a realidade desta atividade de supervisão que é exercida sobre nós.

Sr. Deputado, não há qualquer capacidade da REN de interferir no mercado para favorecer *A* ou *B*.

Ainda hoje estava a ter uma discussão, com uma pessoa que me perguntava — uma pessoa que não conhece como nós funcionamos —: «então, mas vocês não podem favorecer o licenciamento de uma unidade...» — e estamos já a falar de licenciamento de uma unidade — «... produtora de energia? Porque podem querer facilitar ou dificultar...».

Não somos nós que licenciamos, é a DGEG. Nós temos de passar o crivo, pelo qual todos passam para ter uma linha aprovada.

É a APA que tem de dar a aprovação ambiental; é a DGEG que tem de dar a aprovação técnica; é a ERSE que tem de aceitar que façamos uma determinada obra ou não.

Estamos numa situação... Diria que o nosso ponto de base, e creio que este ano... Vai ser a primeira vez na história, em 11 anos que existe este sistema de apresentação de planos para as infraestruturas, que vamos ter um

plano... Estava numa apresentação pública, na sexta-feira, e o Sr. Secretário de Estado João Galamba disse: «vamos aprovar o PDIRT (Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte de Eletricidade) apresentado pela REN». Nunca aconteceu!

Nós trabalhamos, estes anos todos, a empresa tem trabalhado, projeto a projeto, esperando pela aprovação, aguardando que se possa fazer determinada subestação, ampliar determinado equipamento ou fazer uma determinada linha, porque essas autorizações são dadas pelo concedente. Se o concedente não aprova os planos, as coisas são feitas mês a mês, pedido a pedido, de uma forma que, até em termos de gestão, como imaginam, é complicado trabalhar, assim. Portanto, aqui, acho que...

Vamos lá ver, aqui, nesta sala, não posso dar mais garantias do que aquelas que são a minha convicção a falar, e essa é grande. Mas é só isso. A realidade é que nós não temos qualquer capacidade de interferência dessa forma negativa, ou de dar preferência. Isso não existe.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas, só para perceber melhor: há pouco referia que a central de despacho funciona de dia e de noite, com técnicos. Gostava de saber como é que a ERSE, em concreto, faz essa auditoria. Há pouco disse que a garantia é «que isto é auditado pela ERSE».

Como é que feito, no dia a dia, esse processo de auditoria.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A auditoria, como o próprio termo indica, é uma questão feita *a posteriori* de um facto.

Portanto, temos registo de tudo aquilo que fazemos. Todas as ordens que são dadas, todas as instruções que são transmitidas, temos de ter capacidade de as reconstruir: temos de saber há quantas horas é que se passou, quando é que foi ativada ou desativada uma linha, quando é que se

deu uma instrução na central. Todas essas questões... O nosso trabalho não é feito...

Não sei se as pessoas... As pessoas, se calhar, têm ideia de que um despacho é uma espécie de um volante, que se navega em função do que vai acontecendo. Não, não! É uma espécie de um...

Existem ordens, dadas por computadores, muitas coisas são automáticas; muitas são com programas em que se introduzem dados e esses programas... Por exemplo, as ordens para as centrais são dadas — não são dadas no momento, são dadas na véspera —, e está tudo registado. Portanto, há um registo completo de tudo aquilo que acontece no despacho.

Tem supervisão humana, em permanência, porque, muitas vezes, se houver uma catástrofe, tem de se saber como é que se deve reagir a essa catástrofe e só as pessoas é que podem fazê-lo. Mas, felizmente, o funcionamento de 99% dos dias é feito dentro do que é normal, com tudo completamente registado. E a ERSE e a Direção-Geral de Energia, se, em qualquer momento, houver uma dúvida, ou, até, por rotina — porque há auditorias que são de rotina ... Como falávamos, há bocado, do tema da interruptibilidade, dos testes de disponibilidade... Têm de existir testes, as pessoas têm de perceber que as coisas estão a acontecer como dizemos que acontecem.

E temos de pensar sempre que existe também a capacidade de os outros agentes poderem protestar ou queixarem-se, se houver um qualquer mau funcionamento.

Estamos perante o despacho, que, como já tive oportunidade de explicar, tem uma função com uma finalidade, no fundo, de gestão de infraestruturas, das nossas infraestruturas, e que tem uma função de despachar a energia, portanto, de mandá-la de um lado para ou outro, de maneira a que, em cada segundo, a oferta que existe esteja feita de acordo com a procura. A isto acresce a complexidade das ligações com Espanha.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em 2013, a Autoridade da Concorrência escreve, na sua recomendação ao Governo, logo no ponto 1, e a propósito da «deteção de indícios de baixos níveis de utilização na prestação de um serviço de telerregulação das centrais hidroelétricas que beneficiam do sistema de auxílio CMEC, em comparação com as centrais hidroelétricas em regime de mercado», o seguinte: «...a partir da informação publicada pela REN, no *site mercado.ren.pt*, referente à banda secundária contratada e oferta de banda secundária, verificou-se que esta situação ocorreu com especial contraste nos casos em que uma mesma barragem dispõe, simultaneamente, de grupos geradores em regime de CMEC e de grupos geradores em regime de mercado».

Ora, a REN, como gestor global do sistema — e agora volto a citar o comunicado da Autoridade da Concorrência —, «...pagou o aumento dos preços da banda de regulação secundária, que se repercutiu nos custos do sistema elétrico nacional, por sua vez refletidos nas tarifas incluídas nos preços de energia elétrica pelos consumidores finais».

Aquilo que queria perguntar era se — e sem afastar a responsabilidade que têm os reguladores, DGEG e governos —, de facto, a REN sabia desta situação e se nunca lhe passou pela ideia comunicar este facto aos reguladores ou à DGEG.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Bem, tanto que os reguladores têm acesso a essa informação, que é na origem, digamos... Repare, você próprio disse que foi um comunicado público, uma análise pública de dados disponíveis. Portanto, os dados estão lá. Nós fazemos...

Se me quer perguntar, exatamente, se alguma vez chamámos a atenção específica, disto ou daquilo, talvez não. A realidade é que o facto de haver centrais, de a mesma central ter grupos geradores diferentes e uns estarem

em CMEC e outros não estarem em CMEC, portanto, é... E é para isso que a Autoridade da Concorrência chama a atenção, é precisamente o facto... Quer dizer, é estranho... Então, mas o próprio produtor poderia ter preferência por uma maneira ou por outra, pela razão que é óbvia, não é?

Aí, nessa matéria, o que fazemos é dar os dados e não há dado nenhum que não seja público e que não seja um dado também da ERSE. Só para dizer...

E sobre aquelas matérias é que não compete à ERSE... A decisão de comprar aqui ou comprar acolá não é nossa, é do tal mercado que vem com instruções para nós, de o fazer cumprir. Não somos nós — até se eu agora dissesse que era, estaria a contradizer-me quando digo que somos independentes do mercado —, não é a REN que tem capacidade de dizer: «não é aqui, é acolá...». Provavelmente, as nossas pessoas poderão olhar para as coisas e esclarecer porque é que é ali ou porque é que é assado. É natural.

Mas nós executamos e reportamos. Temos as instruções e fazemos cumprir. A interpretação da AdC, que está a dizer que é a REN a fazer isso ou a deixar de fazer isso, é a interpretação da AdC, não vou agora estar aqui a julgá-la. Tinha de estar a ler, com franqueza, a carta da AdC, ou o comunicado da AdC sobre essa matéria. Mas a realidade é o que estou a dizer.

Portanto, não é a REN que decide, é o mercado que decide, que dá instruções que recebemos todos os dias — acho que até mais do que uma vez ao dia —, para as executarmos.

E, depois, reportamos o sucedido. E, por se reportar o sucedido... O sistema não é perfeito, quer dizer. Tenho a certeza absoluta que, ao longo do tempo... Aliás, a própria natureza dos CMEC é essa. Porque é que há revisibilidade? Porque é que foi criada a revisibilidade dos CMEC? Precisamente para corrigir ineficiências.

E não tenho dúvida nenhuma de que quem faz essa revisibilidade vai tentar ter em conta todas essas imperfeições. O Valorágua, de que já falámos aqui, ajuda, precisamente, a detetar essas imperfeições do sistema. Esse é um dos grandes objetivos do *software*: tentar criar um modelo perfeito e que permita depois fazer comparações com a realidade.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Realmente, esta questão da baixa utilização de centrais hidroelétricas que têm CMEC, quando a mesma central tem CMEC e não tem CMEC, permite, de facto, que alguns possam procurar dar mais expressão às que não têm CMEC, porque os CMEC têm garantia.

Queria só fazer-lhe uma pergunta, para perceber melhor como é que isto funciona.

O despacho está na mão da REN. Então, como se sabe, depois, como é que a EDP procede à escolha do grupo de geradores que iam entrar em carga? Porque a EDP é que faz o despacho hídrico, a gestão das águas das barragens. Como é que a EDP justifica a falta de disponibilidade dos outros grupos de geradores? Ou limitava-se a comunicar? No fundo, o que lhe pergunto é como é que decorria toda esta operação.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Quando esta situação foi detetada, de essa possibilidade de utilização ser feita com essa autonomia — que, mais uma vez, não depende de nós, porque não é a REN que decide o que faz, é o mercado —, em 2013 isso foi corrigido: houve uma alteração para que houvesse uma repartição de pagamento de serviços de sistema. Portanto, aí, a ERSE — agora peço desculpa, não sei se foi a ERSE ou se foi a DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), mas sei que aconteceu e sei que foi em 2013 —, para corrigir essa situação que tinha acontecido, precisamente, uns meses antes, corrigiu, passando a haver uma repartição dos ganhos.

Portanto, uma central hídrica que tivesse dois grupos de geradores, um em CMEC e outro em CMEC, se ganhasse a mais de um lado repartia com o outro e vice-versa. Portanto, esse incentivo foi corrigido.

Mais uma vez, estamos a falar de um tempo em que eu não estive envolvido nas discussões e confesso que até é um dos detalhes que, ao preparar a minha vinda aqui, foi uma das coisas em que reparei e que também me questioneei, achando que era uma coisa estranha! Digamos que a sua pergunta é igual à minha. E a resposta que me deram foi que, de facto, isso não deveria ser assim. Foi detetado que era assim, detetado por nós, pela nossa informação e digo isto não no sentido de estar a dizer que está bem ou que está mal, são os números, é a vantagem, e o regulador ou a Direção-Geral da Energia e Geologia, isso é que não posso precisar, imediatamente corrigiu para que não houvesse nenhum benefício errado nessa matéria.

Portanto, se me perguntar agora se foi ou não com efeitos retroativos, em relação a essa matéria, com franqueza, agora não lhe posso responder. Poderei responder-lhe *a posteriori*, sem problema nenhum.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ainda em relação à questão do Valorágua, que definia as compensações à EDP, este era um modelo de otimização desenvolvido e operado pela REN, que tinha como base as informações prestadas pela EDP.

Queria perguntar-lhe que conhecimento é que a ERSE poderia ter da noção de fiabilidade e rigor do modelo matemático Valorágua, se este estava na posse da REN, e qual era a fiabilidade e rigor dos dados transmitidos pela EDP, que era beneficiária, afinal, dos valores calculados pela REN. Até 2017 esta informação era quase um «segredo de Estado» entre a REN e a EDP. Como é que a ERSE podia avaliar de outra forma esta questão do Valorágua?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O «segredo de Estado», para ser muito franco não era um segredo de Estado entre a REN e a EDP. Se quiser chamá-lo «segredo de Estado», então também tem de introduzir aí a ERSE, porque é a ERSE que é responsável por tomar as decisões, não somos nós.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas esse é o modelo!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não, já lá vou.

O modelo, como eu disse aqui no início, é um sistema muito, muito complexo, é um modelo muito abrangente, não diz respeito apenas à EDP. A EDP não é o único fornecedor de dados, todo o sistema é fornecedor de dados, porque aquilo precisa de mapear toda a eficiência energética do sistema nacional. Aquilo não é uma ferramenta... E, mais uma vez, os números, e isso é uma realidade, são números, são modelos, estão bem documentados e bem registados e a realidade é que quando foi tomada a decisão de que a ERSE era quem fazia o manuseamento... Quando nos disse «nós entregámos tudo», logo no sentido de dizer «olhe, está aqui o *software*, estão aqui os sistemas, precisam deste tipo de sistemas para correr este tipo de *software*» — e creio que podem perguntar à ERSE como foi feita essa passagem e essa informação —, a ERSE, mesmo antes de isso acontecer, fez várias auditorias de surpresa ao sítio onde temos essas aplicações a correr e esse trabalho a fazer, sem nunca ter feito qualquer reparo negativo.

Portanto, sempre sentiu, ao longo dos anos, muita confiança. E mais uma vez recordo que há pessoas que estão na ERSE que já estiveram na REN, há muitos anos, e conhecem... Este sistema Valorágua tem origem em modelos, em algoritmos, em programas, em sistemas. Hoje é um *software* patenteado por nós, mas a primeira fase teve origem na EDP. Isto não é para dizer que é mau, é para dizer que tem muitos anos e os números falam por si. Números são números, estatísticas são estatísticas, não são para perguntar

se o eletrão é mais gordo ou mais magro, são para dizer o que foi produzido, quando foi produzido, qual é o caudal de água, quanto é que entrou, quanto é que saiu.

Portanto, não se manipulam aqueles números. Não vou dizer que seja impossível, mas garanto-lhe que é muito difícil. À parte isso, fica o conforto, mais uma vez, dentro do que é a responsabilidade da ERSE, de ter tido sempre um grande nível de escrutínio e a decisão é da ERSE. Portanto, se os seus técnicos olhassem para os números e não entendessem alguma coisa ou se se sentissem desconfortáveis... E vamos também ser claros: o processo de correr o Valorágua, ano após ano — foi feito durante muitos anos — é um processo que, aqui mesmo entre nós, a EDP... Ninguém pense que a EDP e a REN estiveram ou estão sempre de acordo em relação aos números. Os nossos técnicos dizem o que acham em relação à interpretação dos números, a EDP terá a sua interpretação e o árbitro é a ERSE.

Não tenho qualquer dúvida de que tivemos muitas interações — e, mais uma vez, não vale a pena estar a diabolizar ninguém — e é natural que as empresas tentem fazer as suas coisas. Nós representamos o Estado e não aceitamos sair desse papel e dessa responsabilidade. Quando fazíamos esse trabalho com a EDP, fazíamos-lo dentro do que é a nossa capacidade e sabedoria; a EDP contrapunha com os seus números; a ERSE tomava a decisão, era feito um relatório.

Não sei se a ADC vos deu acesso a estes relatórios ou se, inclusive, vocês tiveram acesso a estes relatórios, mas uma coisa vos garanto: ao longo dos anos, nesses relatórios nós éramos obrigados a dizer quais as divergências que tínhamos com a outra parte em relação à interpretação do Valorágua. E pronto, é assim, a ERSE tomava as suas decisões.

Para conforto de todos não foram detetadas discrepâncias técnicas, erros grosseiros, nada disso. Acho que sempre estivemos de acordo e é assim que se funciona. Não há aqui favorecimento a ninguém, de certeza absoluta.

O Sr. **Presidente**: — Assim terminamos a primeira ronda.

Até este momento tenho apenas a indicação de um grupo parlamentar para fazer a segunda ronda.

Acabo de receber a segunda inscrição, mas vamos fazer um intervalo de 5 minutos e já voltamos.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 36 minutos.*

Como já vos disse, tenho duas inscrições para a segunda ronda, do PSD e do PCP.

Vou pedir ao Sr. Rodrigo Costa, Presidente da REN, que tome as devidas notas das perguntas.

O modelo agora é diferente: cada grupo parlamentar tem 5 minutos para colocar as questões e o Sr. Presidente da REN responderá no final das duas intervenções.

Vou tomar também algumas notas, no sentido de auxiliar e não deixar passar nenhuma pergunta por responder.

Assim sendo, Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos, tem a palavra por 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente da Comissão, muito obrigada. Cumprimento, novamente, o Sr. Presidente da REN.

Sr. Presidente, no final desta Comissão nós temos de concluir se existem ou existiram rendas excessivas, quais os montantes, se elas

resultaram ou resultam de processos menos transparentes e quem foram os responsáveis políticos. No fundo, temos de tentar conhecer a verdade e defender o interesse público. Este é o nosso grande objetivo.

Acontece que, consultados os documentos da própria REN e ouvindo também o Sr. Presidente nesta Comissão, temos uma questão que falta perceber melhor.

De facto, foi o Sr. Presidente da REN que nos disse, e foi claro, que as apresentações feitas aos investidores eram preparadas cuidadosamente e aprovadas pela Administração.

Por outro lado, consultando aquele relatório de 2007, que já há bocadinho lhe referi e do qual lhe foi dado uma cópia, está lá, de forma clara, que existia concessão atribuída à exploração da Rede Nacional de Transportes à REN por um prazo de 50 anos e que, nesta altura, em 2007, ela foi prorrogada por sete anos. Ou seja, há uma prorrogação, o que significa um benefício.

Poderíamos dizer que, eventualmente, estaria aqui um erro, mas pegando no seu documento de 2019, que foi distribuído aos investidores, em que nos aparecem, nos últimos 70 anos, as marcas mais importantes da empresa, aparece, de forma clara, que no ano 2000 tínhamos os 50 anos da concessão e tínhamos também a informação que 70% do capital era do Estado, o que significa que o remanescente era privado.

Além disso, olhando para este mesmo documento, que os senhores distribuíram em janeiro deste ano, em 2007 vejo que houve uma prorrogação do contrato até 2057.

Ora, uma prorrogação de um contrato sem que esta Comissão saiba quais foram as contrapartidas dadas pela empresa, aumentando o prazo de concessão significa um benefício ou significa, no entender desta Comissão, uma renda excessiva.

Podemos estar enganados, mas, por isso, pedimos-lhe que nos explique esta situação, porque, de facto, há algo que não está bem esclarecido.

Em relação a outra afirmação do Sr. Presidente, em que referiu que o prazo de concessão era algo que não é muito importante, este quadro demonstra-nos que o prazo de concessão é muito importante, porque dos poucos factos mencionados, este é referido, o que significa que este facto foi transmitido às pessoas e aos investidores que assistiram às apresentações.

Ou seja, das 70 marcas mais importantes temos estas duas marcas, em 2000 e em 2007. Portanto, é, de facto, uma situação extremamente importante.

Como sabe, esta Comissão pretende saber quais foram as contrapartidas para a prorrogação desta concessão. Se foi feita uma prorrogação por mais sete anos sem recurso a concurso público, qual a compensação que a REN deveria pagar ao Estado pela extensão do contrato por mais sete anos? O que se passou para que existisse esta prorrogação, porque esta situação é, de facto, estranha.

Como lhe disse, esta Comissão tem debatido muito sobre o benefício da extensão do domínio público hídrico. Eu posso estar a ver mal o problema, Sr. Presidente, mas este é um assunto que necessitamos que seja explicado porque, aparentemente, há, de facto, um benefício. É isso que lhe pedia que explicasse e volto a referir-lhe que nesta altura já existiam privados na empresa, de acordo com os dados que nos são aqui apresentados.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Sr. Deputado Duarte Alves. Dispõe de 5 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, a primeira pergunta que tenho para colocar nesta segunda ronda tem que ver com o cálculo dos custos

de acesso à rede que, como sabe, pesam bastante na tarifa a pagar pelos clientes de energia elétrica. Qual é a participação da REN no fornecimento dos dados e de outras informações necessárias para que a ERSE determine aquela remuneração e como é que se garante a fiabilidade dessas informações?

Sobre a garantia de potência, no âmbito das suas funções públicas, a REN faz, de dois em dois anos, relatórios de avaliação sobre a segurança e garantia de abastecimento do sistema elétrico nacional. Mas faz mais: no âmbito da sua função de gestão global do sistema, a REN faz, na sua perspectiva de curto prazo, verificações periódicas, sazonais — cenário de ponta de inverno e cenário de ponta de verão —, da garantia de abastecimento, abrangendo, em cada avaliação, o período de um ano.

Segundo sabemos, a análise de curto prazo, para o ano de 2018 e o primeiro trimestre de 2019, não aparenta revelar riscos relevantes que comprometam a segurança e garantia de abastecimento, apresentando, mesmo nos cenários extremos, uma margem de reserva de potência. Foi por isso que, em 2018, a tarifa não teve de suportar o custo da garantia de potência.

Pergunto-lhe por que razão tais relatórios da REN, de eminente interesse público, não são públicos. Desde quando é que são feitos esses relatórios? É capaz de nos dizer em que anos é que foram feitos cenários semelhantes ao que foi avançado para 2018 e se, nesses anos, foi ou não paga garantia de potência?

Ou seja, tendo a garantia de potência sido inventada em 2010 pelo Secretário de Estado Carlos Zorrinho, como é que antes se fazia a garantia da segurança de abastecimento? Em que anos — apesar de relatórios a garantir que não havia problemas de garantia de segurança e abastecimento, como aconteceu em 2018 —, houve, apesar de tudo, pagamento de garantia de potência?

Pergunto também se não seria lógico que o pagamento da garantia de potência, a existir — consideramos que nada o justifica —, tivesse um valor indexado ao risco real de falhas no abastecimento.

Tendo as centrais de estar já disponíveis para fornecer potência, muitas delas não dependendo do vento, do sol, nem do ano hidrológico — como as de carvão e a gás natural, algumas, até, com CAE e CMEC —, por que razão é que o sistema elétrico nacional deve sobrecompensar essas centrais com a garantia de potência?

Também em relação aos investimentos nas redes, numa reunião — como já disse, já tivemos uma reunião consigo —, que tivemos a 13 de abril de 2017, foi-nos dito que, primeiro, não é a REN que decide sobre novos investimentos de carácter estratégico do sistema elétrico nacional, nem do sistema nacional de gás natural. Isto é, a aprovação da ligação a novos sistemas eletroprodutores, ou de novas infraestruturas de rede de gás natural a alta pressão depende, exclusivamente, do Governo, através da DGEG e da ERSE.

Em segundo lugar, foi-nos dito que a REN só tem capacidade de decisão sobre os investimentos relativos à manutenção das redes, o que corresponde, em média, a um terço do investimento por ela realizados.

Em terceiro lugar, foi-nos ainda dito que o valor dos investimentos, com evidentes reflexos sobre o valor dos ativos da empresa, tem vindo, sistematicamente, a baixar, seja relativamente aos últimos anos, seja também em termos provisionais.

Pergunto se isto significa que o tipo e qualidade das infraestruturas para ligação à rede de novos centros eletroprodutores e de novas ligações de gás natural depende, exclusiva, ou quase exclusivamente, de outras entidades públicas, que não a REN.

E pergunto se isto significa que os investimentos e, portanto, os principais ativos da empresa pelos quais esta é remunerada, dependem de

terceiros, nomeadamente do Estado português, e se isto se enquadra numa empresa de mercado.

Que controlo, que fiscalização tem havido do tipo e qualidade das redes instaladas? Quem é que o tem feito? Quais são, neste momento, os projetos e correspondentes valores e prazos de investimento em curso? Quais os custos a transferir para as tarifas a pagar pelos consumidores de energia elétrica e gás natural, por esses investimentos? Tem alguma incorporação nacional desses investimentos?

A necessidade de sobreinvestimento na rede de transporte, devido ao sobreequipamento fotovoltaico previsto e eólico já existente, tem ou não sobrecustos desfavoráveis ao consumidor?

Por último, gostaria de voltar à questão do conflito de interesses, sendo que esta, enfim, já foi aqui muito falada, mas, muitas vezes, inclusivamente nesta audição, é dito pela administração da REN que esta não tem qualquer conflito de interesses, porque não compra nem vende energia. Mas, de facto, a REN tem, no seu universo empresarial, uma empresa, que é a REN Trading, que comercializa energia elétrica a duas centrais de CAE, no País, e também a Portgás, que, segundo a sua resposta de há pouco, até contribuiu para um bom resultado em 2017, dando um contributo para o aumento de 25% dos lucros da REN desse ano.

Portanto, pergunto se continua a considerar que não há qualquer conflito de interesses com as funções públicas que a REN desempenha na gestão global das redes de transporte de energia elétrica e gás natural.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da REN, tem agora um tempo indicativo de 10 minutos para responder a estas questões.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Para a segunda pergunta, não sei como é que será, mas logo se vê.

Em relação à primeira, agradecendo, desde já, a oportunidade para clarificar, porque, entretanto, já tive oportunidade de confirmar, em termos de posição acionista... E há bocado, uma pessoa que estava — e que não está agora presente —... Ah, é só para esclarecer, porque agora tenho... Por acaso, tinha aqui o papel comigo, não tinha era reparado.

Vou só voltar aqui com datas, que é para conseguirem... Não vou tecer grande apreciação ou, digamos, fazer uma grande análise sobre isto.

A nossa empresa, só para recuperarmos as datas... Acho que a linguagem da nossa apresentação, se calhar por estar em inglês, podia estar um bocadinho mais precisa. Acho que está verdadeira, eu é que não expliquei bem.

A REN é constituída em 1994; em 2000 a EDP vendeu ao Estado — portanto Estado/EDP/Estado — ... Não, não, EDP/Estado, ano de 2000, a EDP é do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Maioritariamente.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Em 2000 já tinha acionistas? Em 2000? Ou era uma empresa pública?

O Sr. **Presidente**: — Não, não.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Cuidado. Bem, não interessa para a minha explicação, só estou aqui para pôr as datas. E a REN, só em dezembro de 2006 — há bocado, quando estávamos a dizer que os acionistas privados entraram em 2001, não é verdade, os acionistas privados entram...

O Sr. **Presidente**: — Em 2007!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não. Foi há bocado o...

O Sr. **Presidente**: — Temos de nos focar naquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou, não quero conversas paralelas.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Em 2006, a decisão da mudança do contrato, da concessão, de 2050, para 2007/2057 é feita antes da entrada dos outros acionistas privados. Portanto, é feita quando o Estado tem 70% e a EDP tem 30%, e eu não sei, com franqueza, precisar se, nesta altura, a EDP já tinha capital sem ser do Estado ou não, não sei. Tenho de confessar que, como não é a minha empresa, não sei.

Em 2006, quando é feita a extensão, porque a decisão da extensão do contrato é tomada em 2006, acontece em 2007, mas foi tomada quando o Estado pretendia privatizar, abrir o capital a acionistas privados... Então a EDP fica só com 15%, a Oliren fica com 5% e a Gestmin fica com 5%. Nenhuma destas entidades, hoje, é nossa acionista. Acho que também é importante verificar que nenhuma destas empresas é nossa acionista, neste momento. Não sei se o fundo de pensões da EDP ainda tem 1% ou não. E, portanto, as decisões são tomadas.

A decisão da extensão do contrato é tomada pelo Estado português, enquanto dono, digamos, ou sócio maioritário da empresa, por grande distância. Se me perguntam as razões de terem feito isso... Isto é daquelas situações em que não estava lá.

Queria precisar só uma coisa: em relação à importância que tem o contrato de concessão, o que lhe estava a explicar era no contexto da minha atividade e do trabalho que eu tinha feito. Estar a falar de uma concessão que é até 2057 ou é até 2050 não faz qualquer diferença. É que nós... Eu compreendo que ache que vale para...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Mas constam e importam!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ouça, é relativo e vou dizer-lhe porquê. É que, apesar de os financeiros terem modelos onde contabilizam isso para fazer a valorização, não investem, ninguém investe, a 20, 30 anos neste tipo de empresas. Os investidores financeiros a quem se destinam estas apresentações... É que com os industriais a lógica é completamente diferente, estão lá porque querem estar no setor, ou para diminuir o seu risco, querem diversificar atividade e podem ficar acionistas durante muitos anos.

Os financeiros não investem, não estão minimamente a pensar se vão ser nossos acionistas até 2057 ou não...

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Mas é muito importante o prazo de concessão!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ninguém está a dizer que não é importante, mas só queria precisar o contexto, naquilo que disse que é o meu trabalho e a minha preocupação. Nunca... Se me dissesse: «tem uma concessão para 10 anos, ou para 7 anos, ou para 8 anos», é óbvio que estaria na minha agenda de preocupações. O que estou a dizer é que quando estou numa situação em que sei que vou ter mais 30 ou 40 anos de concessão, não é isso... E quem investe, os financeiros, também não estão...

A estadia média de um investidor financeiro numa empresa são, quando muito, 5, 6 anos, e depois querem trocar por outros ativos. Portanto, aqui, em relação a isto, creio que ajuda.

Se, de qualquer maneira, quiser mais alguma precisão, diga...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, para os trabalhos da Comissão, penso que o importante é o seguinte: a concessão termina em 2057. Ao contrário do que se chegou a pensar, que era em 2050, ela termina em 2057.

Eu percebo a sua preocupação quanto à questão dos acionistas, mas isso é o que menos preocupa o Parlamento. O Parlamento preocupa-se com a questão e a importância da concessão.

A importância da concessão para nós tem que ver com alguma coisa que os portugueses entregam a outros. E é essa preocupação que o Parlamento tem de ter, independentemente de ter a empresa *A*, *B*, *C* ou *D* no capital acionista.

Para terminarmos esta questão, o que importa aqui é ficar claro que a concessão que está em vigor termina em 2057. Acho que isto é que é o dado mais relevante.

Termino aqui a minha intervenção, porque penso que esta...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas não há nenhum acionista — e acho que isto é importante —, hoje não temos nenhum acionista, dos institucionais, dessa época, desse processo.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Foi prorrogada em mais 10%. Foi prorrogada em 7 anos. É que era de 2050.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Pelo Estado, pelo Estado, antes de iniciar o processo de privatização.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Aconteceu em 2007.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não é uma questão que façam a seguir, que acho que também é importante reconhecer. Portanto, é verdade, mas é o Estado a decidir dentro do Estado, não há questões.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, por favor. Vamos agora às questões levantadas pelo Sr. Deputado...

A questão aqui é a questão do prazo. Não é 2050 e 2057, isso é que é... Essa é que é a novidade, digamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — E é o que consta no relatório de 2007.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em 2007, a empresa tem parte da participação pública.

O Sr. **Presidente**: — A questão não é essa, Sr. Deputado Hugo Costa. A questão que aqui interessa é o prazo final da concessão, que é a novidade desta audição, diria assim.

Em 2057 termina o prazo, independentemente de quem foram os acionistas que entraram em 2007, os que estão em 2017, e todos aqueles que irão entrar, como diz, e bem, o Sr. Presidente, ao longo deste percurso.

É que estamos a mais de 30 anos, quase a 40 anos do final do prazo da concessão.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Vamos lá ver, é importante o tema, porque são dados públicos.

Confesso a minha... Nunca tinha reparado que tinha havido uma alteração...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, está mesmo muito ruído na sala. Eu próprio, que estou ao lado do Sr. Presidente da REN, tenho dificuldade em ouvi-lo — e estou mesmo aqui ao lado —, por isso, peço que tenham atenção a isso, porque senão não nos conseguimos ouvir.

Vamos prosseguir, Sr. Presidente. Há as múltiplas perguntas do Sr. Deputado Duarte Alves. Eu também tomei umas notas, mas, se calhar, vamos precisar da ajuda do próprio.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu fui tomando notas, mas se houver alguma coisa que fique para trás, é só dizer.

Quanto ao tema do cálculo dos custos de acesso à rede e como é que se garante a qualidade desses dados, a fidedignidade desses dados e a fidelidade dessa informação, mais uma vez, tenho de explicar que isto são dados que vêm de computadores, de sensores, de aparelhos de medida que as múltiplas empresas — porque não vamos aqui pensar que isto existe...

Só para terem uma ideia, 80% da geração de energia elétrica em Portugal está ligada à nossa rede. Não é toda; há muita microgeração que não está ligada à nossa rede, mas 80% está e é aquela que nos garante a eletricidade.

Ora bem, esses dados vêm de máquinas, são dados em formato digital e são todos, todos, todos auditáveis. E a ERSE audita.

Tudo é auditável, não há nada que entreguemos num relatório escrito que não possa ser auditado, tudo é auditável. E a ERSE existe e exerce essa sua capacidade em permanência. Não lhe consigo descrever...

*Neste momento volta a ouvir-se ruído de fundo na sala.*

Peço desculpa, mas...

O Sr. **Presidente**: — É impossível, não conseguimos ouvi-lo.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — É só até porque me distrai um bocadinho.

Portanto, é só para dizer que, de facto, tudo aquilo que fazemos é quantificado e é partilhado com a ERSE. A ERSE tem o direito, e fá-lo muitas vezes, de pedir mais informação sempre que precisa.

O Sr. **Presidente**: — E pede à REN, neste caso?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Pede, claro. Pede à REN e pede a outros.

E não nos diz o que pede, para ter a certeza que os números batem certo. Acho que é um sistema que funciona bastante bem.

Já falámos, há pouco, sobre o tema da garantia de potência. E já expliquei — o Deputado Jorge Costa pediu-me, até, a opinião que nós temos, não é a opinião do Rodrigo Costa, é a opinião que a empresa tem sobre esta matéria —, da utilidade, inclusive, de termos, por exemplo, testes, quer seja para a interruptibilidade, quer seja este mecanismo da garantia de potência, se deve ou não deve existir. Eu reafirmo o nosso conforto com aquilo que dissemos à ERSE em relação ao que nos foi perguntado: Secretaria de Estado ou até Direção Geral de Energia, não sei precisar, porque há muitos pedidos que para nós são da Secretaria de Estado mas vêm via DGEG, às vezes, são diretamente da DGEG, outras vezes, são da ERSE.

Portanto, fazemos este relatório, como diz, mas eu diria que fazemos este relatório, mas estamos continuamente a monitorizar, porque pode haver um evento qualquer que o faça alterar. A gente tem essa responsabilidade.

Estamos bastante confortáveis em relação ao cenário de 2018, meados de 2019, que já está praticamente no fim, até. Não tivemos nenhuma razão para alarmes diferentes, aceitámos por boa a decisão e demos o conforto da

nossa posição *a priori* à Secretaria de Estado que tomou essa decisão ou à DGEG, mais uma vez, não sei precisar.

Fez uma questão sobre os modelos, exemplos passados de situações... Vamos ver, a nossa experiência é, de facto, muito boa. Não temos grandes surpresas, digamos, no percurso. Nada.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas a questão não era bem essa. A pergunta era se esta situação verificada em 2018/2019, onde se conclui que, de facto, em função do sistema, a garantia de potência não seria necessária, foi, de alguma forma, verificada em anos anteriores pelos mesmos relatórios que foram produzidos, não tendo havido a mesma decisão de não aplicação da garantia de potência. Era essa a questão que o Sr. Deputado colocava.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — O Sr. Secretário de Estado da altura, quando esta situação foi analisada e decidida, isso sei, porque vivi-a eu, já estava na REN, creio que esclareceu até a comunicação social no sentido de dizer: «Esta é a decisão que tomo hoje. Em função dos próximos anos e das próximas situações que o País viva, poderei visitar a situação».

Não me vou antecipar ao próximo relatório que há de ser feito pelos meus colegas e verificado pela Direção-Geral de Energia e, definitivamente, também pela Secretaria de Estado.

Tem de perceber que isto é um processo dinâmico. É com muito cuidado e com muito medo que a gente diz sempre «vai ser assim, vai ser assado» e balizamos muito bem os corredores onde isso pode acontecer. Pode haver situações... Se tivermos um grave acidente num centro eletroprodutor, temos de viver com ele e saber resolvê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Sobram duas questões deste capítulo: há quanto tempo é que se faz este tipo de relatório e por que razão é que ele não é público?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Olhe, não sei se o relatório é público ou não, sei que damos a informação à ERSE, damos muita informação à ERSE. Não é a nós que compete dar-lhe. Temos uma aplicação para telemóvel, onde temos um grande detalhe ao vivo de tudo aquilo que se passa com o sistema, nomeadamente a produção, de onde vem, onde está, a evolução, importações, exportações. É uma boa aplicação, mas é a ERSE que cabe a responsabilidade normalmente de publicar dados.

Não sei se neste caso estamos a falar de algo que fosse, eventualmente, da nossa competência ou não. Não vejo neste tema, a não ser que haja contratualmente algum impedimento, porque tem de haver contratos para a garantia de potência e, muitas vezes, no clausulado desses contratos, a única entidade que pode saber, para além de nós, é o próprio e a ERSE. Não sei se isso pode ser público ou não, mas posso *a posteriori* verificar isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, posso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Queria só precisar, em relação à outra pergunta anterior, que não é em relação a este ano. Pergunto se houve outros anos...

O Sr. **Presidente**: — Foi a precisão que eu fiz.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, mas acho que a resposta não foi...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas eu disse que não temos nenhuma situação assim digna de registo, pelo menos que me chegasse, mesmo do passado, onde tenha havido eventos surpreendentes em matéria de previsões a 18 meses. É disso que temos estado a falar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A minha pergunta é: houve algum ano ou em que anos é que os dados da REN de curto prazo davam indicação de que não havia esse risco? Em 2018, houve essa indicação e, portanto, não houve pagamento da garantia de potência...

O Sr. **Presidente**: — Já percebemos, Sr. Deputado. Foi exatamente o esclarecimento que fiz para perceber se houve situações anteriores...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exato. Não estou a corrigir o Sr. Presidente, estou só a querer precisar a questão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da REN que está em funções há três anos, penso, já deu resposta.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Da minha vivência, não tenho, mas posso verificar se houve no passado. Se a sua pergunta...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Podia enviar esses relatórios?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tenho de verificar se os posso enviar ou não. Como lhe disse, a nossa postura é sempre a de dar tudo. Não sei se é público ou não mas posso ver. Se me chegar o pedido, com certeza que responderemos.

Não sei. Creio que a DGEG publica muita coisa, não sei especificamente. Não vou estar a dizer que publica. Mas estava a esquecer-me que os senhores têm direito de nos pedir a informação e nós disponibilizamo-la.

O Sr. **Presidente**: — Como o Sr. Deputado António Topa está a dizer que já viu na publicação da DGEG, no final da reunião falará com o Sr. Deputado Duarte Alves e verificam os dois se, de facto, estamos a falar do mesmo relatório, ou não.

Em função disso, depois, o Grupo Parlamentar do PCP fará chegar, ou não, a vontade de pedir informação complementar.

Sr. Presidente, vamos às questões do investimento da rede e volto a pedir silêncio na sala, caso contrário torna-se muito difícil o trabalho.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Bem, para recordar a pergunta que se prendia, até, com a tal reunião que tivemos em 13 de abril de 2017, em que falamos sobre os investimentos da rede. A questão era...

Deixe-me só precisar uma coisa: o que disse na altura e já disse hoje é que em relação aos temas de política energética a REN faz o planeamento em função do pedido da DGEG. Em relação aos projetos de manutenção, a REN não decide o que faz. A REN propõe, mas também esses têm de ser aprovados.

Portanto, não há nada que a REN possa fazer de forma autónoma, a não ser que seja uma situação de risco nacional em que nos mandem fazer uma coisa errada e a gente decide que faz de outra maneira, ponto final, para salvaguardar o bom funcionamento das coisas. Nunca aconteceu e acho pouco provável que aconteça.

Só para dizer que os projetos que fazemos são feitos em função das aprovações do PDIRT que todos já conhecem. O PDIRT tem lá os dois tipos

de projeto tanto da parte da manutenção, como da parte de investimento para novos centros eletroprodutores ou o que for para interligações, etc.

A responsabilidade está esclarecida. O controlo e a fiscalização destas matérias é total. A ERSE só autoriza que a REN seja remunerada... Os projetos estão aprovados, licenciados, a ERSE é que diz quando é que começa a pagar esses investimentos.

Quando dizemos que vamos gastar um milhão de euros em qualquer coisa, quando se ouve falar num milhão de euros, ou quando se ouve falar, como há dois anos, nos 1000 milhões de euros do plano da REN, esses 1000 milhões são para 10 anos. A REN gastava até há uns anos 200 milhões de euros por ano em investimentos que o Estado mandava. Agora é metade disso, mais ou menos, o que estamos a falar.

Esses projetos, depois de a DGEG autorizar, e não sendo autorizado o plano plurianual, tem de ser aprovado projeto a projeto, antes de entrar em produção, tem de vir uma autorização, um reconhecimento da ERSE. E tem de se provar que existe.

Quanto queremos ser remunerados, ou começar a ser remunerados, por um projeto que concluímos de uma linha, por exemplo, temos de mostrar à ERSE que há o registo físico da saída do eletrão do lado esquerdo que chegou ao lado direito. Isto só para verem o nível de escrutínio em que estamos. Há que provar que as coisas estão mesmo feitas! E não é por desconfiança ou por não acreditarem em nós. São as regras do jogo. Isso está na concessão, faz parte das responsabilidades que temos, portanto não há qualquer espaço para mentir.

Se se mentir, creio que a sanção será grande. Muitas vezes, já agora, para classificar, não conseguimos chegar a acordo. Temos alguns projetos que foram licenciados e, quando chega à altura de entrar a remuneração, a ERSE diz-nos: «Mas a utilização disso já está dentro dos níveis que estavam previstos ou está abaixo?» E, com toda a franqueza, disputam essa sua

decisão até à exaustão. Às vezes temos razão, outras vezes não. Às vezes temos de ficar à espera. Acabámos o projeto, mas temos de esperar que haja um segundo ou um terceiro que esteja concluído.

Muitas vezes, as decisões dos projetos prendem-se com decisões ambientais ou com protestos regionais em relação a determinado tipo de situação e não os podemos mesmo concluir. Mando os meus cumprimentos ao meu conterrâneo, Deputado Joel Sá.

O Sr. **António Topa** (PSD): — De Barcelos!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — São situações em que não podemos mesmo concluir os projetos, mas nunca há situações em que a gente não consiga concluir as coisas como deve ser.

Creio que sobre o controlo e fiscalização já respondi.

Depois, sobre os níveis de investimento, já expliquei. Eles existem porque, por um lado, se quer poupar e, por outro, há menos recursos e temos de fazer um esforço e todos fazemos.

O Sr. **Presidente**: — E não depende da REN.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não depende?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sem comprometer aquilo que a gente faz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a pergunta foi respondida. Não depende.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Depois, fez-me uma pergunta que é sempre muito difícil que é sobre a incorporação nacional.

Esta é uma questão muito interessante, porque Portugal quer ser um país exportador. Mas depois quem nos pergunte: «Então e a incorporação nacional como é?» É uma situação sempre muito complicada quando queremos uma mensagem de protecionismo em relação à nossa economia, por um lado, e de expansão em relação à outra, por outro. Se os outros fizessem o mesmo era um sarilho!

Mas estamos bem, porque a grande incorporação é nacional. Temos uma estimativa que acho, não querendo falhar, é de cerca a 70% a 80% daquilo que investimos é nacional e tende para mais. Porquê? Porque fazemos as torres que é um dos grandes componentes de custo e que são nacionais. Mesmo ao nível dos transformadores temos uma grande quota que são nacionais. Temos equipamento mais leve que também é nacional.

Estamos sujeitos às regras da contratação pública por sermos uma concessão. Não sei se é do vosso conhecimento, mas a REN não compra a quem quer, segue estritamente o Código de Contratação Pública. Somos auditados, fiscalizados nessa matéria, levamos esse tema muito a sério e sujeitamo-nos às regras.

Apesar dessas regras todas, podemos reportar isso de volta, somos muito importantes no tecido empresarial das pequenas e médias empresas do setor e, com toda a franqueza, quando o nosso investimento baixa muito criamos grandes dificuldades a essas empresas.

Mas, também, como é óbvio, não vamos fazer investimentos que não são precisos porque queremos ajudar *A*, *B* ou *C*. Não fazemos isso. De qualquer maneira, felizmente, para nós, como o trabalho é muito local, muito mecânico, exige muita obra, fazemo-lo.

Vou dar um exemplo em que não é possível resolver o problema localmente: limpeza das passagens, por baixo das linhas de alta tensão. A razão pela qual conseguimos fazer um bom trabalho quando foi estas catástrofes, estes incêndios, foi pela natureza dos equipamentos porque só

temos torres com muitos metros de altura e, à partida, o fogo passa por baixo, primeiro. Essa é uma questão física. Segundo, temos outra questão que é: as nossas faixas são bastante largas para dor de cabeça dos sítios por onde passamos. Temos hoje em dia mais de 60 000 contratos de passagem por causa dos tais 8500 km de linhas mais os 1500 km de gasodutos e mantemos isso muito limpo e em muito bom estado.

Mas isso só se consegue porque temos o equipamento certo e porque contratamos muitas empresas durante o ano para fazer isso. Ora bem, o equipamento pesado para fazer essa limpeza não existe em Portugal. São uns tratores gigantes que trituram tudo por onde passam desde pedras a árvores, para manter tudo muito limpo para os bombeiros conseguirem...

Ninguém gosta das linhas de alta tensão, mas todos precisam delas para ter eletricidade. Esse é que é um tema sempre complicado para nós.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, penso que falta responder às questões dos investimentos em curso e se vão cair ou não na tarifa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sobre os investimentos em curso, vou pedir-lhe desculpa, mas temos o PDIRT. Creio que foi aprovado ou está a sê-lo, como disse há pouco. É um documento que esteve em consulta pública, está lá tudo, não escondemos nada.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Teve o parecer da Assembleia da República.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Também é um documento que, com todo o gosto, facilitaremos à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Até teve parecer da Assembleia.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas foi-me perguntado quais eram os projetos.

Só tinha aqui uma questão que era, mais uma vez, sobre o tema da Portgás e conflitos de interesse. A Portgás é regulada. Está previsto que é uma empresa de distribuição, não compra, nem vende energia. Para ser claro, é uma concessão, não tem nenhuma capacidade de formulação de preços. O modelo regulatório é exatamente é exatamente igual ao da REN.

O Sr. **Presidente**: — Não há conflito.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Portanto, não há qualquer conflito de interesse nessa matéria. Quando comprámos a empresa tínhamos uma situação, porque a Portgás tinha um pequeno investimento na área de GPL, portanto gás de garrafa, e dissemos logo à AdC (Autoridade da Concorrência), porque a esta teve de apreciar esse contrato e até nos deu luz verde muito rapidamente, que íamos pôr essa empresa à venda. E já foi vendida, foi uma coisa muito pequenina, a transação que foi de cerca de 3 ou 4 milhões de euros, para antecipar logo qualquer dificuldade.

Portanto, fizemo-lo, cumprimos a nossa obrigação e não sentimos nenhum... Deixem-me dizer que, sob um ponto de vista, digamos, de logística e de competência... Estamos a falar de uma empresa muito pequena: nós tínhamos na altura cerca 620 pessoas e a Portgás tinha 80. Não despedimos ninguém, porque não é necessário, dá-nos até um pouco de massa crítica na área do gás, o que nos ajuda a contratar gente melhor, a atrair mais gente e, portanto, ajuda-nos um bocadinho, mais uma vez, a ter um pouco mais de receita — porque temos, como é óbvio, mais receita —, mas que vem ao abrigo das mesmas restrições e modéstia da remuneração que temos, mas que mantêm-nos sólidos.

Para um analista, e até para contar a história para fora, foi muito positivo ver que tínhamos acionistas disponíveis para investir mais dinheiro na REN, para comprar esta empresa em Portugal e acho que a história é boa e o resultado é bom.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente Rodrigo Costa, em resposta à pergunta, não há conflitos de interesse?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Assim terminamos esta audição.

Gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da REN, Sr. Rodrigo Costa, a forma como colaborou connosco, as informações que nos trouxe, as respostas que nos deu e também a vontade em responder a todas as perguntas, o que é sempre de registar.

Gostaria ainda de agradecer às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados a audição, recordando que, amanhã, a partir das 17 horas, teremos connosco a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Autoridade da Concorrência, a Dr.<sup>a</sup> Matos Rosa.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 24 minutos.*

*A DIVISÃO DE REDAÇÃO.*